



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

NICANOR MATEUS LOPES

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A EDUCAÇÃO BÁSICA NO
BRASIL: A PRODUÇÃO ACADÊMICA ENTRE 2015 E 2023

CAMPINAS
2023

NICANOR MATEUS LOPES

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A EDUCAÇÃO BÁSICA NO
BRASIL: A PRODUÇÃO ACADÊMICA ENTRE 2015 E 2023

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação
da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do Título
de Mestre em Educação, na área de Educação.

Orientadora: Theresa Maria de Freitas Adrião

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO/TESE DEFENDIDA PELO ALUNO
NICANOR MATEUS LOPES, E ORIENTADA PELA PROF.
DRA. THERESA ADRIÃO

CAMPINAS
2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Gustavo Lebre de Marco - CRB 8/7977

L881p Lopes, Nicanor Mateus, 1991-
Políticas de educação especial e a educação básica no Brasil : a produção acadêmica entre 2015 e 2023 / Nicanor Mateus Lopes. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Theresa Maria de Freitas Adrião.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação especial. 2. Inclusão. 3. Educação e Estado. 4. Estado do conhecimento. I. Adrião, Theresa Maria de Freitas. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Special education policies and basic education in Brazil : academic production between 2015 and 2023

Palavras-chave em inglês:

Special education

Inclusion

Education and state

State of knowledge

Área de concentração: Políticas, Administração e Sistemas Educacionais

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

Theresa Maria de Freitas Adrião [Orientador]

Nadia Pedrotti Drabach

Selma Borghi Venco

Data de defesa: 13-12-2023

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-0593-2873>

- Currículo Lattes do autor: <https://lattes.cnpq.br/0671615490612521>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A EDUCAÇÃO BÁSICA NO
BRASIL: A PRODUÇÃO ACADÊMICA ENTRE 2015 E 2023

NICANOR MATEUS LOPES

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião

Prof. Dra. Nadia Pedrotti Drabach

Prof. Dra. Selma Borghi Venco

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos que me apoiaram em minha, ou nossa, longa caminhada pelo projeto de mestrado.

À minha família

Meus pais, vocês são meus maiores apoiadores. Desde a minha infância, vocês sempre me incentivaram a estudar e a seguir meus sonhos. O amor, o apoio incondicional e o sacrifício de vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

À minha maior parceira.

Você sempre esteve ao meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis. Seu amor, apoio e compreensão me deram forças para seguir em frente.

Ao meu grupo de pesquisa

Agradeço aos meus colegas de pesquisa pelo aprendizado e pela colaboração. Foi um privilégio trabalhar com vocês. Juntos, aprendemos muito e crescemos como pesquisadores.

À minha orientadora

Agradeço à minha orientadora pelo apoio, orientação e dedicação os quais foram fundamentais para execução do projeto. Sua orientação, dicas e conselhos de vida foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço a todos os alunos e suas famílias com os quais trabalhei e que acabaram influenciando no processo de escolha do tema, deixo aqui registrado minha gratidão.

RESUMO

A dissertação tem por objetivo principal realizar o estado da arte acerca das produções de artigos acadêmicos, publicados entre 2015 e 2023 que abordaram políticas educacionais relacionadas à Educação Especial no Brasil no âmbito da Educação Básica. A série histórica selecionada corresponde ao ano de publicação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 14.126/2015). Para tal foram inventariados os artigos publicados entre 2015 e 2023 na plataforma SciELO coleção Brasil assim como nos volumes do mesmo período publicados na Revista Educação Especial – UFSM. Utilizou-se da análise de dados bibliométricos assim como um estudo do conhecimento tendo como elemento de análise a identificação das recorrências de programas e políticas abordadas, assim como campo empírico analisado, natureza das pesquisas, metodologia adotada, etapas de escolaridade da Educação Básica abordada, tema e objetivos das produções a partir dos resumos dos artigos, inventariados. Indica-se a partir dos dados apresentados participação significativa das universidades públicas na produção de conhecimento sobre Políticas de “Educação Especial”, aumento das produções sobre o assunto. Apesar do período de pesquisa ter se limitado à Lei Brasileira de Inclusão (LBI) considera-se que o documento mais citado nos artigos é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Por fim identificam-se lacunas no que se refere às etapas da educação básica estudada, observando maior incidência das pesquisas sobre o ensino fundamental e médio e raros exemplos de discussões sobre a Educação Infantil.

Palavras-chaves: Educação Especial; Inclusão; Políticas Educacionais; Estado do Conhecimento

ABSTRACT

The main objective of the dissertation is to present the state of the art regarding the production of academic articles, published between 2015 and 2023, that addressed educational policies related to Special Education in Brazil within the scope of Basic Education. The selected historical series corresponds to the year of publication of the Brazilian Law on the Inclusion of Persons with Disabilities (Law 14,126/2015). To this end, articles published between 2015 and 2023 on the SciELO Brazil collection platform were inventoried, as well as in volumes from the same period published in the Revista Educação Especial – UFSM. The bibliometric data analysis was used as well as a study of knowledge having as an element of analysis the identification of recurrences of programs and policies addressed, as well as the empirical field analyzed, the nature of the research, the methodology adopted, the stages of Basic Education schooling addressed, the theme and objectives of productions based on article summaries, and inventoried. The data presented indicates a significant participation of public universities in the production of knowledge on Special Education Policies, and an increase in production on the subject. Although the research period was limited to the Brazilian Inclusion Law (LBI), it is considered that the document most cited in the articles is the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education. Finally, gaps are identified regarding the stages of basic education studied, observing a greater incidence of research on elementary and secondary education and rare examples of discussions on Early Childhood Education.

Key words: Special Education; Inclusion; Educational Policies; State of Knowledge

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Bases de Fontes bibliográficas selecionadas para levantamento	34
Quadro 2 – Aspectos Bibliométricos Inventariados por Base de Dados	35
Quadro 3 – Artigos fora da temática considerados na análise bibliométrica	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das matrículas de educação especial em classes comuns por ano e local de atendimento 2018 – 2022	14
Tabela 2 – Distribuição de artigos SciELO sobre Política de Educação Especial série histórica 2015 e 2023	36
Tabela 3 – Distribuição de artigos sobre políticas de educação especial na série histórica 2015 – 2023 por periódicos	38
Tabela 4 – Distribuição das Unidades Federativas das instituições nas quais os primeiros autores dos artigos sobre Política da Educação Especial inventariados do SciELO publicados entre 2015 e 2023 se vinculavam	41
Tabela 5 – Distribuição das Instituições nas quais os primeiros autores dos artigos sobre Política da Educação Especial inventariados do SciELO publicados entre 2015 e 2023 se vinculavam	43
Tabela 6 – Distribuição por ano de publicação dos artigos sobre Políticas de Educação Especial, inventariados dos volumes da Revista Educação Especial publicados entre 2015 e 2023	45
Tabela 7 - Distribuição das Instituições nas quais os primeiros autores dos artigos sobre Política da Educação Especial inventariados da Revista Educação Especial publicados entre 2015 e 2023 se vinculavam	46
Tabela 8 - Distribuição das Unidades Federativas das instituições nas quais os primeiros autores dos artigos sobre Política da Educação Especial inventariados da Revista Educação Especial publicados entre 2015 e 2023 se vinculavam	47

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Demonstração dos estados com predominância de artigos no Brasil, com destaque para as UFS das instituições nas quais os primeiros autores dos artigos sobre Política da Educação Especial inventariados do SciELO publicados entre 2015 e 2023 se vinculavam 42

Figura 2 – Distribuição das UFS das com publicações Política da Educação Especial Revista Educação Especial 2015 e 2023 48

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Distribuição de artigos sobre Políticas de Educação Especial nas bases SciELO coleção Brasil e Revista Educação Especial entre 2015 e 2023 por Unidade Federativa 52
- Gráfico 2 - Natureza das pesquisas sobre Políticas de Educação Especial nas bases Scielo coleção Brasil e Revista Educação Especial entre 2015 e 2023 57
- Gráfico 3 - Metodologia utilizadas nas pesquisas sobre Políticas de Educação Especial nas bases Scielo coleção Brasil e Revista Educação Especial entre 2015 e 2023 **Erro! Indicador não definido.**
- Gráfico 4 - Tipos de deficiência citadas nas pesquisas sobre Políticas de Educação Especial nas bases Scielo coleção Brasil e Revista de Educação Especial entre 2015 e 2023 63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
OBJETIVOS	15
METODOLOGIA	16
1.	20
1.1. CONCEITOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	20
1.2.	26
2.	32
2.1.	322
2.2.	35
2.3.	44
3.	50
3.1.	51
3.2.	56
3.3.	58
3.4.	59
3.5.	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	69
ANEXO	79

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de estudos e pesquisas realizadas no âmbito do programa de Mestrado na Faculdade de Educação da UNICAMP e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional-GREPPE.

No ano de 2019, o Brasil passava por extrema conturbação política, e polarização, visto que a presidência da república estava ocupada por um representante negacionista (Duarte; César, 2020), reacionário e neoliberal.

Segundo relatório do Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos (Ribeiro, Moroni e Beghini, 2023), no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022)

Houve a intenção de deturpar a máquina pública para justificar processos de privatização, de apropriação privada de bens e serviços públicos e de reformas que resultassem em menor intervenção do Estado. Houve, também, estratégias para esvaziar a agenda de direitos humanos, negar o racismo e o patriarcado e perseguir povos indígenas e comunidades tradicionais (Ribeiro; Moroni; Beghini, 2023 p.17).

O cenário trouxe à tona discursos de ódios, como exemplo, a relação do governo com grupos neonazistas¹. Sendo assim, é perceptível que este estava alinhado com regimes extremistas, se comportando como uma ameaça para o direito das minorias, dentre elas as pessoas com deficiência, visto que direitos conquistados como as escolas inclusivas não passaram ilesos.

Entre tantas medidas contra as minorias, o então presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido) que governou entre 2019 e 2022, atacou as políticas de educação inclusiva para pessoas com deficiência por meio do decreto 10.502/2020, o qual instituiu a “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida” (Brasil, 2020), considerada por especialistas na área como um retrocesso de quase 30 anos², ao permitir a volta das escolas de caráter segregacionista em desconformidade com as metas educacionais acordadas internacionalmente.

Este decreto baseia-se em regulamentar escolas e classes especializadas, além de equipes multifuncionais, porém como mencionado identifica-se certas controvérsias neste

¹ Relatório de eventos antissemitas e correlatos no Brasil, em observatoriojudaico.org.br.

² Em debates prévios com a professora Maria Teresa Mantoan, pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença da Unicamp., que coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença da Unicamp. Disponível no website da BBC.

contexto. Pode-se mencionar o quesito de “aprendizagem ao longo da vida”, pois quando trata-se de Educação Especial é necessário que o processo de escolarização seja realizado para uma efetiva aprendizagem dos conteúdos para estes discentes, logo é necessário que haja certo planejamento das escolas para este fim. Outro fator preocupante, com relação a aplicação deste decreto encontra-se na garantia de escolarização, podendo chegar a ser exclusiva para pessoas deficientes, afinal esta legislação evidencia o não favorecimento ao atendimento igualitário e sim em locais exclusivos, portanto é perceptível que na verdade ocorrem excludentes para estas pessoas (Landim, 2022). Apesar dos esforços do governo federal, entre os anos de 2018 e 2022, em estancar os avanços e retroceder as políticas de educação especial, houve um considerável aumento no número de matrículas nesta modalidade³, em escolas regulares de Educação Básica⁴, de acordo com dados do Censo Escolar divulgados pelo INEP.

Tabela 1 – Evolução das matrículas de educação especial na rede pública e privada em classes comuns por ano e local de atendimento 2018 – 2022.

Ano	2018		2020		2021		2022	
	Comum	Especial	Comum	Especial	Comum	Especial	Comum	Especial
Tipo de classe⁵								
Educação Infantil	81.254	10.140	102.996	7.742	106.853	7.905	174.771	8.739
Ensino Fundamental	741.426	96.567	824.076	87.430	840.295	88.064	914.557	86.582
Ensino Médio	115.051	1.236	147.545	968	172.897	1.038	203.138	1.095

Fonte: O autor (com base em Brasil 2022).

Os dados referentes às matrículas entre 2018 e 2022 são elucidativos, pois, além de demonstrarem um possível fracasso do governo em minar os projetos educacionais inclusivos, apresentam números de um período no qual o mundo todo enfrentava uma pandemia, decretada em 30 de janeiro de 2020 pela Organização Mundial da Saúde – OMS, onde instaurou-se estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional,

³ São modalidades da Educação no Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação especial, educação bilíngue, respectivamente Artigos 37, 39, 58, 60 respectivamente.

⁴ O Art.21 da LDB define que a educação escolar é composta por níveis, sendo educação básica que compreende as etapas da educação infantil, ensino fundamental e médio; e educação superior. (Brasil, 1996)

⁵ Especial são classes especiais em escolas exclusivas, já as comuns são classes comuns (alunos incluídos).

causada pela ocorrência de contaminação pelo coronavírus SARS-CoV-2. Sendo ainda caracterizada como pandemia da COVID -19, a partir do dia 11 de março de 2020, forçando as escolas e outras unidades de ensino, como universidades, a se utilizarem de recursos do ensino a distância para dar continuidade aos dias letivos em por boa parte do período. Apesar da doença ainda em 2023 permanecer caracterizada como uma pandemia, a emergência deixou de existir no dia 05 de maio de 2023, graças ao controle do número de mortes causadas pela doença após a vacinação em massa da população em todo o mundo.

Este problema de saúde mundial afetou o tempo corrido da pesquisa para obtenção do título de mestrado, influenciou na redefinição do tema a ser investigado e alterou os rumos de minha carreira profissional. Sendo assim, a dissertação apresentada é resultado da incidência dos fatores elencados: contexto político do Brasil e da educação especial; envolvimento na carreira profissional como professor de educação especial; experiências vividas e sentidas durante o isolamento social ocorrido durante a pandemia; assim como de minha trajetória e articulação com as pesquisas em políticas educacionais junto ao GREPPE.

Objetivos

Tendo por objetivo geral mapear e caracterizar as produções acadêmicas, publicadas entre 2015 e 2023 que abordaram políticas relacionadas à Educação Especial no Brasil no âmbito da Educação Básica. Esta dissertação de mestrado, responde aos seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar com dados bibliométricos a produção acadêmica de artigos em Língua Portuguesa, resultante da busca na coleção SciELO Brasil a partir do descritor “Políticas de Educação Especial” publicados entre 2005 e 2023.
- b) distinguir com dados bibliométricos a produção acadêmica de artigos em Língua Portuguesa, resultante da busca por títulos relacionados às Políticas de Educação Especial publicados entre 2005 e 2023 no periódico online Revista de Educação Especial de responsabilidade da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
- c) introduzir o tema central desta dissertação, complementado pela visão da educação como um direito humano que se estende a todos.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico se trata de uma pesquisa documental na modalidade estado do conhecimento (Nogueira, 2015) complementada pela adoção de ferramentas de estudos bibliométricos.

Para Romanowski e Ens (2006), pesquisas desse tipo, ainda que a nomeiem de estado da arte, é

uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, aponta as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas (p. 39).

De acordo com Mori e Adrião (2018) as pesquisas do tipo Estado do conhecimento debruçam-se sobre um recorte específico de determinado campo do conhecimento disponível em um “corpus” documental limitado, condição que o diferencia do Estado da Arte.

Vale mencionar ainda que o uso da Estado da Arte e do Conhecimento são auxílios para os levantamentos bibliográficos, conseqüentemente pode-se realizar uma análise acerca do caminho percorrido durante determinados períodos, ou seja, ocorre uma visita de trabalhos anteriores buscando a democratização do conhecimento e melhor acesso às informações (Silva; Souza; Vasconcellos, 2020).

Os estudos bibliométricos podem ser definidos como uma “técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico” (Araújo, 2006, p. 12).

Em síntese,

os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área. As revisões de literatura podem apresentar uma revisão para fornecer um panorama histórico sobre um tema ou assunto considerando as publicações em um campo. Muitas vezes uma análise das publicações pode contribuir na reformulação histórica do diálogo acadêmico por apresentar uma nova direção, configuração e encaminhamentos (Vosgerau; Romanowski, 2014, p.167).

O período selecionado, definido para os anos de publicação dos trabalhos utilizados para pesquisa, se justifica ao considerar a aprovação da Lei 13146/2015, a chamada Lei Brasileira de Inclusão, a qual é “destinada a assegurar e a promover, em

condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015). De acordo com o Art. 1º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, esta lei é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Alguns dos principais pontos abordados incluem: acessibilidade, educação inclusiva, trabalho e emprego, saúde, cultura, esporte e lazer, acessibilidade em transportes, entre outros.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência -LBI- aborda o direito à educação inclusiva em diferentes pontos como demonstrado no Art. 28 no qual estabelece que é dever do poder público “assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar um sistema inclusivo em todos os níveis e modalidades e ao longo da vida da pessoa com deficiência” (Brasil, 2015), o texto também aborda a inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica. Além disso, prevê a oferta de profissionais de apoio escolar e a articulação intersetorial na implementação de políticas públicas, o que pode contribuir para uma educação mais inclusiva e de qualidade para as pessoas com deficiência.

Objetivamente, o percurso metodológico adotado consistiu em buscar, em duas plataformas disponíveis na rede mundial de computadores (internet), artigos relacionados às políticas da educação especial tendo como base uma revista acadêmica especializada em publicações sobre Educação Especial e uma coleção pertencente a uma biblioteca eletrônica que reúne diversos periódicos brasileiros. A escolha por esta revista foi realizada devido ser o periódico especializado em educação especial com maior qualificação segundo os critérios CAPES, dentre as revistas que não compõe a outra coleção inventariada.

A fim de inventariar os artigos sobre a temática Política da educação especial no Brasil, optou-se por acessar o *site* de periódicos da Universidade Federal de Santa Maria no qual a Revista de Educação Especial está alocada, onde encontra-se uma lista com diversos periódicos, entre eles a Revista Educação Especial.

A iniciou suas publicações em 1986, sendo uma das primeiras da área, com nome de “Cadernos de Educação Especial”, em versão impressa que foi descontinuada em 2016, restando apenas a versão eletrônica, disponível desde 2012, tendo uma média de 85 artigos com recebimento de fluxo contínuo, além de um dossiê técnico anual, tendo o português (Brasil) como idioma principal, mas também publicando em inglês e espanhol.

Em 2004, tem seu escopo e normas de circulação modificados, bem como seu nome, que passou a ser *Revista Educação Especial*, título que carrega até a presente data. Em 2009, passou para quadrimestral, já com todo o fluxo editorial gerido pelo SEER, momento em que obteve o ISSN eletrônico – 1984-686X, e, em 2013, alcançou o DOI – 10.5902/1984686X. Assim como a revista *Educação (UFSM)*, os artigos publicados a partir de 2010 também foram contemplados com o DOI. Em 2016, tem seu último ano da editoração impressa, ficando apenas com a versão eletrônica, e, em 2018, começa a ser editada trimestralmente, no intuito de dar maior agilidade e dinamicidade aos trabalhos já aprovados, para chegar aos leitores o mais rápido possível. Em 2019 passamos a adotar o volume único anual, publicação contínua (UFSM, 2023, n.p.).

Ainda, de acordo com informações contidas no *site*, a Revista Educação Especial, Qualis/CAPES A2, publica artigos, relatos de pesquisa, revisão de literatura, estudos teóricos e Dossiês. Os volumes são organizados ao longo do ano considerando os dois primeiros números do ano para demanda do fluxo contínuo e o terceiro número do ano um de Dossiê Temático, com o objetivo de veicular artigos inéditos na área de Educação Especial, a partir de pesquisas e de práticas articuladas com vistas à ampliação e aprofundamento de temáticas com foco no campo da Educação Especial.

Constata-se não haver, na Revista Educação Especial, mecanismos de busca por descritores. De tal forma o procedimento se deu acessando os volumes publicados utilizando cada um por vez, , inventariando título do artigo, autor(es)/autor (as) e ano de publicação selecionou-se os títulos traziam a temática das políticas de Educação Especial, arrolou-se os respectivos resumos, assim como a instituição do autor principal, para, então iniciar a análise dos dados bibliométricos.

A seguir, realizou-se a leitura dos resumos para identificar, com base em Adrião (2022), o campo empírico analisado, natureza da pesquisa, programas e/ou políticas tratados nos artigos.

Na escolha da outra base as ser analisada optou-se pela Rede SciELO por ser “a maior provedora de periódicos indexados pelo Diretório de Periódicos de Acesso Aberto” (Packer; Meneghini, 2014, p.16), ainda segundo os autores,

o funcionamento regular do SciELO teve início no Brasil em 1998, depois de um projeto-piloto de um ano em parceria com a FAPESP e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPAS/OMS). O SciELO tinha dois objetivos simultâneos. O primeiro era desenvolver competência e infraestrutura para indexar e publicar na Internet um conjunto selecionado de periódicos brasileiros, de diferentes disciplinas, que adotassem a avaliação pelos pares, e lidar com textos em diversos idiomas. O segundo foi de aumentar a visibilidade, uso e impacto dos periódicos indexados e das pesquisas que publicam (Packer; Meneghini, 2014, p. 17).

Visto que o escopo da pesquisa acessou a coleção Periódicos Brasil encaminhando para uma nova página com endereço *scielo.br/* na qual utilizou-se da barra busca o descritor o descritor composto (*Política*) AND ("*Educação Especial*"), selecionou-se as caixas referentes aos anos 2015 a 2023, "tipo de leitura" optando por "Artigo" em língua portuguesa.

Com os filtros devidamente selecionadas, localizou-se, imediatamente acima da lista de títulos resultantes da busca, o botão "Exportar", para obter uma planilha do Microsoft Excel⁶ contendo as informações: *ID, Title, Author(s), Source, Journal, Language(s), Publication year, Fulltext URL*.

Para expor os elementos investigados, esta dissertação se organiza em três capítulos e considerações finais.

O primeiro, valendo das fontes secundárias de registros oficiais, como leis e tratados, e de estudos científicos, que são fontes secundárias, busca-se delinear a trajetória histórica e, por conseguinte, as concepções de educação especial e inclusiva.

O segundo capítulo tem a finalidade de realizar um levantamento das obras acadêmicas divulgadas no período compreendido entre 2015 e 2023, que trataram das políticas educacionais associadas à categoria de ensino denominada "Educação Especial" procedeu-se à caracterização quantitativa dos dados bibliométricos obtidos por meio da análise de artigos acadêmicos recolhidos da Coleção Brasil da *Scientific Electronic Library Online - SciELO* e da Revista Educação Especial - UFSM.

O terceiro capítulo adota uma abordagem conceitual do Estado do Conhecimento, conforme delineado por Nogueira (2015) e Mori e Adrião (2018). A avaliação qualitativa dos dados é conduzida a partir dos resumos dos artigos, os quais foram compilados de duas fontes disponíveis na World Wide Web, a *Scientific Electronic Library Online - SciELO* e a Revista Educação Especial - UFSM. Conforme preconizado por Adrião (2022), os critérios utilizados para a análise incluem o campo empírico abordado, a natureza da pesquisa, programas e/ou políticas e etapa de escolaridade, tratado no artigo.

⁶ Trata-se do programa para sistema Operacional Windows 10 de nome Microsoft® Excel® para Microsoft 365 MSO (Versão 2308 Build 16.0.16731.20182) 64 bits.

1. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA, CONCEITOS E BREVE HISTÓRICO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um panorama da história acerca da educação especial e conseqüentemente de suas definições, a fim de introduzir a temática central desta dissertação. Complementa-se com a concepção da educação como um direito humano universal.

1.1 Conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva

Considera-se que a escola se caracteriza historicamente como privilégio de alguns poucos grupos sociais, sendo assim, a exclusão é evidenciada desde os primórdios do Império no Brasil, sendo legitimada a partir de políticas e práticas que trabalharam para manutenção da ordem social, fazendo com que pessoas diferentes fossem excluídas (MEC, 2010). No entanto, na sociedade moderna, a educação se estabelece como um direito para todos, enunciada como algo desejável.

Ao longo da história as pessoas com deficiência foram discriminadas e privadas de direitos em razão de suas condições e características (Jesus, 2020; Santos, 2022). Relata-se que no ano de 1300, na Inglaterra, o Rei Edward II aprovou o primeiro marco legal que se referia às pessoas com deficiência, lhes garantindo zelar por seus direitos fundamentais em troca de lhes confiscar todos os bens, com a justificativa de custear os serviços oferecidos (Silva, 2021). A ação já denota a ideia de que as pessoas com deficiência não poderiam em nenhum grau tomar decisões sobre suas vidas, logo, também não poderiam ser educadas, no entanto, as concepções mudaram.

É com o fim da Segunda Guerra Mundial que se constrói um marco da universalização do direito à educação com a Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, gestada pela ONU em 1948, na qual enuncia o desejo dos poderes políticos de atingir o direito à educação para todos declarando que:

Artigo 26° 1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. 3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos (ONU, 1948).

O documento, de modo geral, se opõe às atrocidades que acometeram diversas populações no período anterior, inclusive as pessoas com deficiência, perseguidas e mortas aos milhares durante os regimes totalitaristas até meados do século XX, e assim, inicia o movimento de educação para todos. Como indica Piccolo (2022), ao analisar as contribuições da antropologia para o estudo do conceito de deficiência, indica que:

Ingstad e Whyte (1995, 2007) publicaram duas importantes coletâneas que examinam a construção cultural da deficiência em ambientes não ocidentais, com especial atenção à África, e reiteram que, fora do contexto dominado pelo modo de produção capitalista, a ideia da deficiência como categoria generalista raramente se fazia presente e carecia de sentido. Entretanto, alertam que tal ideia começava a ganhar espaço do centro para as margens pela interferência globalizante de projetos de pesquisa/de programas de reabilitação conduzidos por nações desenvolvidas e que interferiam na construção de políticas públicas realizadas nos aglomerados urbanos dirigidas às comunidades africanas como um todo, fenômeno desestabilizador ao entendimento tradicional e que necessita ser explorado em longo prazo (Piccolo, 2022, p. 115).

É válido lembrar ainda que a DUDH é formulada no contexto capitalista em um período de constante disputa com os regimes socialistas, representados na época pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Então, de certa forma, o documento serviu como instrumento para induzir “as reivindicações no quadro específico dos direitos humanos, do liberalismo dos direitos civis e do culto à lei como instrumento de vontade geral no constitucionalismo democrático” (Leme, 2023, p.670).

As bases filosóficas, da ideia de “Educação Para Todos” (ONU, 1948), remetem ao movimento Iluminista (séculos XVII e XVIII) assim como a Revolução Burguesa (século XVIII) na França e a Guerra Civil na América do Norte (século XIX) ao passo que tais movimentos, cada qual com suas singularidades, modificaram a sociedade, diminuindo o poder das organizações clericais em prol de estabelecer os regimes estatais, e assim fomenta-se as primeiras experiências de educação para pessoas com deficiência, pautadas no que mais tarde viria a ser a chamada Educação Especial (Jacobo e Tapia, 2021).

Desde a sua origem, a Educação Especial pode ser entendida enquanto a prática de educar os alunos com necessidades educacionais especiais ou o público-alvo da Educação Especial, de forma que atenda às suas diferenças e necessidades. Na prática, envolve o planejamento, a implantação e a avaliação de procedimentos de ensino, equipamentos e materiais adaptados, bem como as condições de acessibilidade, de forma sistemática e intencional. São intervenções desenhadas para apoiar os alunos com necessidades específicas a alcançar um maior nível de autonomia e sucesso na escola e na comunidade, o que geralmente não está disponível se os estudantes tiveram acesso apenas à educação comum (Silva, 2018, p. 25).

No entanto, por um longo período, difícil de precisar em todo o globo, as igrejas eram responsáveis por atender as pessoas com deficiência, e para isso, pautavam-se em ideias mágicas no qual esta era considerada como castigo (Strelhow, 2018), algo que se altera com o advento das ideias materialistas pautadas no cientificismo.

No século XIII, na Bélgica, foi criada a primeira instituição para abrigar pessoas com deficiência sem a intencionalidade de trocar o abrigo por serviços braçais, como faziam as instituições religiosas (Rezende, 2021). De lá para cá outras lutas foram travadas até a formulação do conceito de educação inclusiva.

Ainda nos séculos XV e XVI os médicos Paracelsus e Cardano sustentavam que as pessoas com deficiência não poderiam ser educadas, mas contribuíram para mudar o locus da discussão. Os médicos passaram a tratar o assunto da deficiência como algo científico e não teológico ou moral, retirando da igreja o poder de decisão pessoal (Rezende, 2021). Para Casagrande (2020), já no século XVI havia médicos e pedagogos que desafiavam os conceitos de não aprendizagem e inauguram processos educacionais para pessoas com deficiência, mas é nos séculos XVIII e XIX que as influências dos pensamentos filosóficos proporcionaram mudanças de concepções sobre os objetivos e métodos educacionais e fizeram emergir ações que passaram a compor o que hoje chamamos de educação especial.

Os pensamentos de Locke, Rousseau e Condillac, filósofos da época, influenciaram as concepções pedagógicas do médico francês Jean Itard, considerado como o precursor da Educação Especial. Seus procedimentos eram baseados no treinamento e na exploração dos canais sensoriais para a aprendizagem de pessoas com deficiência auditiva e intelectual. Ainda nessa época, diversas iniciativas surgiram a fim de contribuir e marcar positivamente a história das pessoas com deficiência. O monge Eppée fundou em Paris, em 1770, a primeira instituição especializada no ensino de surdos, inventando o método de sinais (Rezende, 2021).

A partir das experiências e publicações houve por todo mundo a criação de instituições visando educar pessoas com deficiência, no entanto a maioria delas com características segregacionistas, já que visavam atender estes indivíduos em espaços separados dos demais.

Somente em 1950, relata-se que na Dinamarca leis específicas foram criadas visando, ainda de forma superficial, mas de caráter inovador, que pessoas com deficiência, dentro do possível, deveriam ter acesso aos mesmos espaços educacionais que as pessoas sem deficiência. Com a consolidação do Estado Burguês a enunciação da educação para todos, emergem os movimentos daqueles que não estavam sendo contemplados pelo todo, que de forma geral, estavam excluídos do leque de direitos que deveriam ser fornecidos pelos

Estados, surgindo então, na França no fim dos anos 70 do século XX, a Exclusão como categoria social (Silva, 2018).

No entanto, com a passagem do século XX para o XXI, relatórios ainda indicavam que no mundo, crianças com deficiência estavam entre os grupos mais marginalizados e excluídos dos direitos, entre eles o da educação de qualidade (OMS, 2011).

Considerando que a educação é um direito universal globalmente reconhecido em tratados internacionais como a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (Brasil, 1990) e firmado como política de Estado por meio de leis nacionais brasileiras, sendo assim, existe a responsabilidade e obrigatoriedade de se fazer valer tal direito (UNESCO, 2014). Sendo assim é,

evidente sempre que o conceito de inclusão está associado à noção de ‘Educação para Todos’ (UNESCO, 1990, 2000) e, portanto, como forma de garantir o acesso à educação para todas as crianças (Silva, 2018, p. 34).

Mesmo após a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (Brasil, 1990) que nos colocou alguns desafios.

Desde o surgimento do movimento de educação para todos e, conseqüentemente, de Inclusão e da perspectiva da Educação Inclusiva, nota-se que os termos Educação Especial, Inclusão e Educação Inclusiva têm sido tratados de forma recorrente como sinônimos. Entretanto, é importante considerar que cada um deles possui sua própria delimitação histórico política e tratamento terminológico (Casagrande, 2020, p.43).

Considera-se que os termos são dinâmicos à medida que se relacionam com contexto material, regional e histórico nos quais são empregados.

Nas últimas décadas, almeja-se a partir de diversos embates no campo político a quebra de paradigmas (Lima, 2021), baseando-se na concepção de direitos humanos em prol de proporcionar a todas as pessoas os, hoje considerados, direitos fundamentais como a educação escolar (Santos, 2022).

Assim, a Declaração Universal do Direitos Humanos inaugurou um período de seguidas convenções, pactos e outros acordos internacionais que buscaram e ainda buscam definir sobre os objetivos e alcances do direito à educação (Croso, 2015).

Para este trabalho utiliza-se o termo Pessoas Com Deficiência e/ou sua sigla PCD, a partir da definição, aprovada na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de

março de 2007 e promulgada no Brasil no Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, no qual estabelece que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (Brasil, 2009).

No entanto, salienta-se que o termo pode abranger outras leituras (Amiralian *et al.*, 2000), e se reconhece que a partir de pesquisas, discussões acadêmicas, movimentos sociais, políticas públicas e acordos internacionais, ao longo da história o termo foi reconfigurado, à medida que a visão sobre as pessoas com deficiência também passou por transformações. Nesse sentido, para evitar “anacronismo conceitual” (Simões, 2019), atenta-se para o não julgamento dos termos usados em documentos anteriores a 2009. Isso não isenta de considerar a evolução do conceito, já que está intrinsecamente ligada à visão e ao acesso das pessoas com deficiência aos direitos civis, a partir da mudança da perspectiva e diferentes modelos conceituais das pessoas com deficiência, visto que,

é inegável a contribuição dada pelos teóricos ao que ficou conhecido como modelo social da deficiência. A reconfiguração conceitual proposta por eles foi um dos mais marcantes elementos para a transformação terminológica de deficiência mental em deficiência intelectual. É, sobretudo, procurando reforçar o caráter social da deficiência que psicólogos, pedagogos, cientistas sociais, entre outros profissionais, se debruçaram - e ainda se debruçam - em refinar analiticamente noções que combatam posturas segregacionistas em relação à pessoa com deficiência” (Simões, 2019, p.192).

O modelo social de deficiência ao qual Simões (2019) se refere, se opõe ao modelo médico, sendo a diferença entre eles a causalidade das dificuldades, já que o modelo social compreende que a deficiência está nas barreiras existentes devido à organização social que impedem uma pessoa com determinadas características de acessar seus direitos, enquanto o modelo médico considera que a deficiência está no indivíduo. (Bampi, Guilhem e Alves, 2010), tais diferentes conceitos impactam na abordagem das políticas públicas visto que ao utilizar o modelo médico busca-se ações individuais para que a pessoa com deficiência possa usufruir dos espaços e serviços ofertados, no entanto, dentro de suas limitações, enquanto a abordagem a partir do modelo social busca mudar os espaços e a organização social para permitir o acesso às pessoas com deficiência aos mesmos espaços, serviços e direitos que as pessoas sem deficiência, respeitando suas diferenças, mas não limitando sua participação na sociedade (Diniz, 2007).

Segundo Diniz (2007) o modelo social tem sua gênese nas décadas de 1960 e 1970 no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, deixando de ser unicamente sobre a lesão do corpo, como a autora se refere, mas também com foco na estrutura social de opressão desses corpos e passa a não mais descrever a deficiência unicamente em termos biomédicos, mas também em termos políticos. Ainda segundo a autora supracitada, este modelo permitiu confrontar regras sociais, muitas vezes não estabelecidas em forma de lei, mas que proibiam os PCD de frequentar espaços públicos, não só pelas barreiras físicas, mas pela não aceitação das demais sem deficiência. Sendo assim, a medida que o discurso de um modelo social veio à tona, permitiu que a deficiência e a pessoa com deficiência fossem vistas como uma característica inerente à diversidade humana, e, assim se pode confrontar a segregação e o desprezo que os oprimiam, e em certa medida permanecem oprimindo, essa população, sendo assim as discussões sobre o modelo social colocam novos paradigmas para sociedade.

Para Mantoan (2003) estas pessoas, no mesmo período passam a reivindicar a integração das crianças com deficiência no sistema escolar.

Os movimentos em favor da integração de crianças com deficiência surgiram nos Países Nórdicos, em 1969, quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação. Sua noção de base é o princípio de normalização, que, não sendo específico da vida escolar, atinge o conjunto de manifestações e atividades humanas e todas as etapas da vida das pessoas, sejam elas afetadas ou não por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptação (Mantoan, 2003 p.15).

A autora ainda afirma que inicialmente, o que se entendia e se reivindicava por inclusão escolar não era tão aprofundado, pois:

em sua aproximação inicial, a inclusão escolar foi entendida sumariamente como a inserção dos estudantes com deficiência que frequentavam classes e escolas especiais nas turmas das escolas comuns. Conquanto ainda muitos a concebiam assim, estamos chegando pouco a pouco à compreensão de seu mote: garantir o direito à diferença na igualdade de direitos à educação (Mantoan, 2013, N. D).

A partir disso, espera-se que a sociedade evidencie como os avanços em outras áreas impactam na educação, aumentando significativamente as exigências, para efetivação de práticas inclusivas. De acordo com Souza e Mendes (2017, p.280) “a política de inclusão educacional no Brasil gerou uma série de mudanças nas escolas e na educação dos alunos público-alvo da Educação Especial”.

1.2 Educação Especial no Brasil

A Constituição Federal (Brasil, 1988), em consonância com seus dispositivos legais, consagra o direito inalienável das pessoas com deficiência à educação, conferindo-lhes acesso à rede regular de ensino, conforme o inciso III do artigo 208. Tal prerrogativa já visava promover a completa integração desses indivíduos em todos os espaços da sociedade, alinhada ao princípio do direito universal à educação, que se concretiza por meio de uma abordagem inclusiva nas instituições de ensino regular.

A previsão constitucional, ao estabelecer essa preferência, atenta para as situações excepcionais em que a natureza das necessidades educacionais, devidamente avaliadas conforme as circunstâncias pessoais, demanda modalidades distintas de atendimento. Dessa maneira, se reconhece a importância de flexibilidade e adaptação para assegurar que o direito à educação seja efetivamente garantido, levando em consideração as particularidades individuais.

Ainda no âmbito da Educação Especial, a Constituição Federal de 1988 previa que a oferta de atendimento se materializa tanto por meio da integração nas classes regulares do ensino comum, em consonância com o princípio da educação inclusiva, quanto pela disponibilidade de recursos em instituições especializadas e em turmas ou classes especializadas dentro de uma unidade escolar.

Desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, muitos outros documentos e legislações permitiram colocar em prática o direito da pessoa com deficiência à educação e permitiu avanços no sentido da construção de uma sociedade inclusiva.

Os dados do Censo Escolar divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apresentam que no ano de 2022 o número de matrículas de Educação Especial aumentou significativamente, chegando a dobrar em etapas específicas, segundo o órgão:

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,5 milhão em 2022, um aumento de 29,3% em relação a 2018. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 65,5% dessas matrículas. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2018 e 2022, percebe-se que as de educação infantil são as que mais cresceram, um acréscimo de 100,8% (Brasil, 2023, p. 36).

O dado apresentado é resultado de processos históricos que culminaram na educação inclusiva tal qual encontramos no Brasil, ou seja, é resultado de embates travados ao longo da história com ações pautadas em discussões e acordos internacionais dentre eles

a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade” que levou a elaboração e publicação da “Declaração de Salamanca” no ano de 1994, considerado um marco político aumentando o debate sobre ações inclusivas para pessoas com deficiência (Neves; Rahme; Ferreira, 2019).

No Brasil, a Declaração de Salamanca (1994) é veiculada tendo como eixo central a perspectiva de que as crianças com deficiência tivessem acesso à escola comum e não mais aos espaços considerados segregados, o que vem provocar questões e discussões em torno da definição do atendimento a esse público. Nesse sentido, nos anos de 1990 avolumam-se os debates públicos em torno da definição do percurso escolar dos estudantes PAEE (Neves; Rahme; Ferreira, 2019, p.3).

O documento estabeleceu também que os países signatários, entre eles o Brasil, passassem a adotar

o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma (Brasil, 1994).

No mesmo ano publica-se, a partir do Ministério da Educação, a “Política Nacional de Educação Especial” que estabelecia uma política de cunho, considerado segregador atualmente, visto que elencava como “Educação Especial” um processo para desenvolver as potencialidades dos chamados, na época de “portadores de deficiência, condutas típicas ou de altas habilidades” (Brasil, 1994, p.17) partindo da “estimulação essencial” para “garantir uma evolução tão normal quanto possível” (IDEM) para este público.

O texto de 1994 publicado pelo MEC também definiu conceitos para espaços físicos nos quais ocorriam, ou deveriam ocorrer, práticas educacionais como: atendimento domiciliar, classe comum, classe especial, classe hospitalar, centro integrado de educação especial, ensino com professor itinerante, escola especial, oficina pedagógica, sala de estimulação essencial, sala de recursos. Destaca-se que até aqui o texto indicava que as pessoas, consideradas público-alvo da educação especial, deveriam frequentar a chamada classe comum somente se possuísem “condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (Brasil, 1994, p.19) caso contrário deveriam frequentar a classe especial que eram caracterizadas como:

sala de aula em escolas de ensino regular, organizada de forma a se constituir em ambiente próprio e adequado ao processo ensino/aprendizagem do alunado da educação especial. Nesse tipo de sala especial, os professores capacitados,

selecionados para essa função, utilizam métodos, técnicas e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos (Brasil, 1994).

Dois anos depois da “Declaração de Salamanca” e da “Política Nacional de Educação Especial” ambas de 1994 o Brasil aprova a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação LDB - Lei 9394/1996 na qual, em seu Artigo 58 indica que a educação especial deveria ser “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1996) e no artigo seguinte, apresentava que:

Artigo 59 - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Brasil, 1996).

Nessa altura as redações e objetivos das leis em vigor se colocavam em oposição ao apresentar controvérsias e interpretações diferentes, como por exemplo entre a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996.

A Constituição admite que o atendimento educacional especializado também pode ser oferecido fora da rede regular de ensino, em qualquer instituição, já que seria apenas um complemento, e não um substitutivo, do ensino ministrado na rede regular para todos os alunos. Mas na LDB (art. 58 e seguintes), consta que a substituição do ensino regular pelo ensino especial é possível (Mantovan, 2003, p. 23).

Essas contradições não eram exclusividade do tocante da educação especial, haja vista que após análise de ambas Oliveira e Adrião (2007) afirmam que:

parece-nos que a conclusão maior, que emana tanto dos processos de elaboração dessas duas leis como de seus próprios conteúdos, é a de que os legisladores brasileiros não se preocuparam em garantir uma educação escolar de igual e boa qualidade para toda a sociedade brasileira (p.62).

Os autores Oliveira e Adrião (2007), não tratando especificamente da educação especial, mas sim do contexto da educação obrigatória, afirmavam que poderia haver melhora na legislação brasileira em relação aos processos educacionais à medida que os planos decenais em âmbitos municipais, estaduais e federal fossem estabelecidos. No entanto no que tange educação especial o Plano Nacional de Educação, Lei nº 010172 de 9 de janeiro de 2001, houve somente replicação da contradição anteriormente discutida, afirmando na meta 1 do item 8, que versa sobre a educação especial, que o Governo Federal deveria:

Organizar, em todos os Municípios e em parceria com as áreas de saúde e assistência, programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças com necessidades educacionais especiais, em instituições especializadas ou regulares de educação infantil, especialmente creches (Brasil, 2001, p.59).

A promulgação do PNE Lei nº 010172 ocorreu na segunda semana do mês de janeiro do ano de 2001, e conflita com a discussão que ocorreu meses antes, em maio de 1999, quando acontecia a “Convenção Interamericana Para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência”, culminando no documento conhecido como “Convenção da Guatemala” promulgado no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, sendo que **“deixa clara a impossibilidade de diferenciação com base na deficiência”** (Mantoan, 2003, p.24, grifo do meu). Sendo assim, após o decreto citado, a meta 1 do item 8 do PNE 2001 deixa de ser condizente com as discussões internacionais e com a lei que passa a vigor levando o Ministério da Educação a criar no ano de 2003 o “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade” (Brasília-DF, 2003) no qual tinha como objetivo:

apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade (Brasil, 2010, p.14).

O documento de 2003 citado fomenta o processo de inclusão ao prever formação dos profissionais da educação envolvidos, sendo mais condizente com os apontamentos da “Convenção da Guatemala” em voga, na época.

O Programa produziu material formativo por meio de publicações de relatos de experiências, realizou seminário, veiculou concepções teóricas sobre o processo de inclusão

e ampliou o debate sobre o tema, mas não sem gerar divergências em relação ao que ocorria nas escolas e o que era propagado, assim como discordâncias entre os especialistas sobre os conceitos elaborados (Caiado; Laplane, 2009).

Em 2006, o programa contava com a participação de 144 municípios-polo que atuavam como multiplicadores para 4.646 municípios da área de abrangência. Importante observar que participam do Programa os dirigentes estaduais e municipais da educação (Caiado; Laplane, 2009, p.305).

Anteriormente ao “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade” (Brasil, 2003) atingir tal magnitude o Ministério Público Federal produz e publica o documento caracterizado em sua apresentação como um manual chamado de “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” (Brasil, 2004). O texto carrega aspectos jurídicos em relação ao direito das pessoas com deficiência ao acesso à educação, orientações pedagógicas aos profissionais da área em prol de discutir e oferecer respostas aos desafios da educação inclusiva até então colocados, e recados para os responsáveis de crianças e adolescentes com e sem deficiência e aos professores indicando que a educação inclusiva é necessária e possível.

No ano de 2008, registra-se mudanças na perspectiva na Educação Especial o Governo Federal brasileiro apresenta, A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a qual define que,

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2008, p.16).

O objetivo do documento era de assegurar a educação para pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação a partir de uma perspectiva inclusiva e não exclusiva já que os autores do grupo de trabalho responsáveis pela elaboração do texto da política consideravam que o histórico da educação de pessoas do grupo citado, ou qualquer problema de saúde considerado inadequado, por muito tempo permaneceram em escolas e instituições paralelas às escolas comuns. Assim o documento define que a educação especial se destinaria ao atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos, dentro das redes de ensino regular (Brasil, 2008, p.15).

A abordagem histórica da Educação Especial a partir do ano de 2008 revela uma intrincada trama de desenvolvimentos, marcada por uma série de transformações e inovações paradigmáticas no âmbito educacional.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015; no Art. 2º define a

 pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Como apresentado até aqui não se trata de um texto pioneiro em relação ao direito das pessoas com deficiência, apesar da compilação de ideias e da importância da promulgação da lei em forma de estatuto, que segundo Andrade, (2016, p.7) acaba “sendo reflexo direto de um novo momento histórico”. Tal lei, foi utilizada como marco, para os levantamentos apresentados nos capítulos seguintes.

2. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS PUBLICADAS ENTRE 2015 E 2023

Com o objetivo de mapear as produções acadêmicas, publicadas entre 2015 e 2023, que abordaram políticas educacionais relacionadas à modalidade educação escolar “Educação Especial” (Brasil, 1996), caracteriza-se quantitativamente os dados bibliométricos obtidos a partir do levantamento de artigos acadêmicos, inventariados de duas fontes disponíveis na *World Wide Web*, sendo: Scientific Electronic Library Online – SciELO e Revista Educação Especial – UFSM.

2.1. Bibliometria

Segundo Araújo (2006) a bibliometria é uma técnica de pesquisa quantitativa que incide sobre as produções acadêmicas a fim de identificar elementos e padrões que contribuam para a caracterização de um determinado campo.

Como bem nos asseguram Mori e Adrião (2018) esta técnica não se limita a modelos matemáticos, nem tampouco tem por objetivo ranquear os dados encontrados por quantidade de produção. Na verdade, busca-se reconhecer movimentos ao longo de séries históricas a ponto de auxiliar na caracterização de um determinado campo de pesquisa.

Assim a bibliometria facilita examinar e relacionar diferentes elementos que compõem um documento de divulgação científica, encontrando singularidades e padrões, possibilitando examinar:

as relações entre diferentes variáveis: recursos humanos-documentos, artigos-periódicos, produção-consumo etc., que apresentam diversas regularidades de distribuição. O número de artigos que originam n-Citações, o número de instituições produzindo anualmente n doutorados, o número de autores com n artigos, o número de revistas contendo n artigos — constituem exemplos do mesmo tipo de distribuição (Braga, 1974, p. 162).

Como se pode verificar, a bibliometria permite reunir elementos que podem auxiliar em discussões futuras, afinal tende a analisar documentos e dados históricos, visando encontrar as semelhanças entre estes para um melhor entendimento de determinados assuntos.

Os dados bibliométricos são obtidos a começar de um conjunto de produções que podem ser inventariados em catálogos acadêmicos, periódicos, conjunto de livros, produções de um determinado evento e semelhantes. Ao organizar os trabalhos levantados

busca-se compilar os elementos nos quais se pretende relacionar, como, autores, periódicos, data de publicação, temas, resumos, instituição de origem do autor ou autora, entre outros.

A partir dos dados obtidos e relacionados, encontram-se padrões e singularidades que podem contribuir no apontamento de lacunas e potencialidades dentro do tema pesquisado, propondo novas pesquisas ou até mesmo ações de ordem prática. Cita-se, como exemplo, a pesquisa realizada por Adrião (2022) na qual se utilizou da pesquisa bibliométrica para orientação e análise do movimento de privatização da educação no Brasil.

De acordo com Araújo (2006) a técnica hoje conhecida como bibliometria foi, na gênese, no ano de 1923, chamada de “bibliografia estatística”, e modificada para “bibliometria” por volta de 11 anos depois em 1934. Ainda segundo os mesmos autos, no Brasil, a técnica espalhou-se a partir de estudos realizados na década de 70 do século XX no âmbito do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica, IBICT, na época com nome de Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD.

Em síntese o termo “bibliometria” refere-se à “técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico” (Araújo, 2006, p.12), possibilitando avanços em relação ao que já foi produzido. Desta forma, a “utilização de métodos quantitativos na busca por uma avaliação objetiva da produção científica é o ponto central da bibliometria” (Araújo, 2006, p.12) que se desenvolve a partir de dados e metadados agrupados e relacionados.

Em acordo com Mori e Adrião (2018) sobre a potencialidade da pesquisa bibliométrica não se limitar apenas aos dados matemáticos, considera-se que as escolhas dos elementos a serem analisados assim como os descritores e bases inventariadas impossibilitam caracterizá-la como isenta de valor visto que ao se pesquisar sobre determinado assunto pode-se abordar diversos descritores, que resultaram em dados diferentes, por exemplo, ao pesquisar sobre políticas relacionadas à educação para pessoas com deficiência, pode-se usar descritores e combinações como: políticas de educação inclusiva, políticas educacionais para pessoas com deficiência, políticas públicas educacionais para pessoas com deficiência, políticas pública e educação especial, entre outros tantos, que, possivelmente, gerarão resultados diversos e até divergentes, nesse sentido a escolha do percurso metodológico e dos objetos a serem inventariados e analisados não são e não devem ser desconsiderados, ao apresentar os dados.

Em um primeiro momento, optou-se por usar Políticas de Educação Inclusiva, mas verificou-se que o termo abrange um escopo maior, não se limitando à educação especial, a exemplo de Vilela-Ribeiro, Benite e Lima-Ribeiro (2011) que, em artigo

intitulado “análise cienciométrica em Educação Especial: tendências e importância nos últimos 60 anos” caracterizam a produção sobre Educação Especial entre 1948 e 2008, no qual apresentam que

Nenhuma variação da palavra ‘*special education*’ foi utilizada para pesquisa nesse banco de dados, sendo utilizada apenas a forma composta da expressão, já que, em separados, tanto o termo ‘*special*’, quanto ‘*education*’ indicam uma variedade enorme de termos que podem não estar diretamente relacionadas com a área de Educação Especial, não se enquadrando, portanto, no escopo deste estudo (Ribeiro; Benite; Ribeiro, 2011, p. 288).

No caso da presente pesquisa, tomou-se como base o trabalho citado (Ribeiro; Benite; Lima-Ribeiro, 2011), no entanto com as palavras em língua portuguesa e adicionando a palavra “política” compondo assim, o descritor Políticas de “Educação Especial”, utilizado nos Repositórios multidisciplinares.

Para compor os dados bibliométricos utilizou-se a plataforma *Scientific Electronic Library Online* - SciELO, que reúne os artigos das principais revistas científicas do mundo (Severino, 2007) no entanto, para este trabalho, em acordo com o tema, optou-se por utilizar a coleção SciELO Brasil.

A fase de levantamento se deu entre os meses de junho e setembro de 2023, não sendo incorporados os trabalhos publicados depois dessa data. A escolha do período de publicação para os artigos entre 2015 e 2023 se dá a partir do entendimento da aprovação da Lei 13146/2015, a chamada Lei Brasileira de Inclusão e os dados disponíveis até o período de coleta. O nome das bases inventariadas, tipo de base, organização responsável, o tipo de busca realizada em cada uma delas e seus respectivos endereços eletrônicos estão organizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Bases de Fontes bibliográficas selecionadas para levantamento

Nome Da Base	Tipo	Responsabilidade	Tipo De Busca	Endereço Eletrônico
Scientific Electronic Library Online	Repositório multidisciplinar	FAPESP	Barra de busca com descritores	scielo.org/
Revista Educação Especial	Periódico Especializado	UFMS	Por volume	periodicos.ufsm.br/educacaoespecial

Fonte: O autor (2023)

Devido à forma de organização dos dados na plataforma, para cada um deles usou-se um procedimento diferente, como indicado na coluna “Tipo de busca” do Quadro 1. Para os repositórios multidisciplinares utilizou-se como mecanismo de busca o descritor “Políticas de Educação Especial” somado aos filtros disponíveis em cada plataforma,

considerando como um descritor abrangente, mas com potencialidade de limitar o escopo dos trabalhos pesquisados.

Os critérios utilizados para os aspectos bibliométricos basearam-se em Adrião (2021) e estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Aspectos Bibliométricos Inventariados por Base de Dados

Nome da base	Período	Instituições	Localização	Distribuição
Scientific Electronic Library Online	Ano de Publicação do Artigo	Instituição a qual o primeiro autor do artigo declarou-se vinculado	Unidade Federativa a qual o primeiro autor do artigo declarou-se vinculado	Periódico no qual o artigo foi publicado.
Revista Educação Especial	Ano de Publicação do Artigo	Instituição a qual o primeiro autor do artigo declarou-se vinculado	Unidade Federativa a qual o primeiro autor do artigo declarou-se vinculado	-

Fonte: O autor (com base em Adrião,2021)

Os aspectos bibliométricos se diferem de acordo com as características de cada base, haja vista que são de naturezas diferentes, sendo o primeiro apresentando no quadro uma coleção de diferentes periódicos e a segunda base um único periódico.

2.2. Scientific Electronic Library Online - SciELO

Os artigos sobre Políticas de Educação Especial, da plataforma SciELO foram inventariados a partir do acesso ao site via navegador Google Chrome, do qual utilizou-se a barra de endereços digitando <https://www.scielo.org/>. Ao abrir o site localizou-se na parte inferior centralizado um quadro de fundo cinza de título “Coleções”, contendo listas intitulas de Periódicos, em desenvolvimento, Servidores e Repositórios, Livros e Outras.

Visto que o escopo da pesquisa acessou as opções Periódicos Brasil encaminhando para uma nova página com endereço [scielo.br/](https://www.scielo.br/).

Na nova página digitou-se na barra busca o descritor “Política” e na lista suspensa à direita optou-se por “Todos os índices”, clicou-se abaixo da lista suspensa na opção adicionar outro campo, manteve-se a opção “And” na lista suspensa à esquerda e digitou-se o descritor “Educação Especial” com as aspas, mantendo na lista suspensa à direita a opção “Todos os índices”. Ao acionar o botão digital “buscar” a página atualizou e reportou 108 resultados para o descritor composto (*Política*) AND (*Educação Especial*).

Para selecionar a série histórica na qual se dedica esta pesquisa utilizou-se de filtros disponíveis na plataforma em menu localizado à esquerda da página. Localizou-se o filtro “Ano de Publicação” e clicou-se em “+opções”, possibilitando a abertura de janela

“PopUp” na qual selecionou-se as caixas referentes aos anos 2015 a 2023. Ao aplicar o filtro da série histórica, a plataforma reportou 66 resultados.

Ainda na coluna de filtros selecionou-se o “tipo de leitura” optando por “Artigo”, excluindo quatro artigos considerado tipo de leitura Artigo de Revisão, 3 Relato de Caso, 2 Relato breve e um editorial, restringindo-se a 55 resultados, todos em língua portuguesa, visto que ao aplicar o filtro idioma, o resultado manteve-se.

Com os filtros devidamente selecionadas, localizou-se, imediatamente acima da lista de títulos resultantes da busca, o botão “Exportar” no qual, ao ser acionado, originou uma nova janela “PopUp” na qual selecionou-se a opção de formato de exportação CSV, no entanto antes de importar, selecionou-se a opção “todos os registros (máx. 2000)” e clicou-se no botão imediatamente abaixo da lista de opções da janela “Pop Up “Exportar” iniciando-se o Download do arquivo nomeado *Export_20230913.csv*.

Por fim, abriu-se o Microsoft Excel⁷, clicou-se no menu ARQUIVO> ABRIR em seguida localizou-se o documento *Export_20230913.csv* e clicou-se em *OK*, gerando uma planilha com as informações relativas aos artigos sendo: *ID, Title, Author(s), Source, Journal, Language(s), Publication year, Fulltext URL*.

Além dos dados fornecidos por meio da exportação da planilha dos resultados também se inventariou, a quantidade de artigos resultantes da pesquisa por áreas temáticas de acordo com os dados fornecidos no menu de filtros do site.

Os resumos foram obtidos a partir do endereço eletrônico disponível na planilha baixada, sendo acessados individualmente, copiados e colados para a planilha.

A Tabela 2 indica a quantidade de artigos sobre políticas de educação especial em língua portuguesa por ano de publicação. Destaca-se a maior quantidade de artigos no ano de 2019, seguida de 2018 e em terceiro lugar em 2021.

Tabela 2 – Distribuição de artigos SciELO sobre Política de Educação Especial série histórica 2015 e 2023

Ano de Publicação	Quantidade de Artigo Publicados
2015	05
2016	05
2017	04

⁷ Trata-se do programa para sistema Operacional Windows 10 de nome Microsoft® Excel® para Microsoft 365 MSO (Versão 2308 Build 16.0.16731.20182) 64 bits.

2018	10
2019	11
2020	04
2021	09
2022	05
2023	02
Total	55

Fonte: O autor (com base em scielo.br/, 2023).

Percebe-se que não houve uma tendência de aumento ou redução de produção ao longo da série histórica, no entanto entre os anos de 2018 e 2019, estão os dois anos com maior quantidade de artigos selecionados, a exceção ficou com 2020, quando foram selecionados somente quatro artigos, ano que coincide com o primeiro ano da pandemia de Covid-19, com maior quantidade de restrição aos espaços públicos e coletivos. Indica-se que dos 9 anos inventariados, 3 deles reúnem 54,54% dos trabalhos.

No ano de 2019 os artigos foram publicados em quatro revistas diferentes, sendo quatro artigos na revista Educação e Realidade v.44 n.1 na qual contava com uma sessão dedicada ao tema “Educação Especial, Psicanálise e Experiência Democrática”, também quatro artigos foram publicados na revista “Educação e Pesquisa” igualmente com sessão temática dedicada à Educação Especial. Distribuição semelhante ocorreu em 2018, sendo que os 10 artigos foram publicados em quatro periódicos, quatro deles na “Revista Brasileira de Educação Especial”, revista especializada em educação especial, e três no “Cadernos CEDES” no qual traz um dossiê sobre “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em diferentes municípios”. O terceiro ano em quantidade de publicação na série histórica não seguiu o mesmo padrão de 2019 e 2018, visto que no ano de 2021 a pesquisa reportou nove artigos em sete revistas, mas novamente o periódico “Revista Brasileira de Educação Especial” foi responsável pela maioria deles (três artigos).

Ao analisar os anos de destaque em quantidade de publicação sobre políticas de educação especial, percebe-se que a existência de sessões temáticas, dossiês e de revistas especializadas sobre o tema de educação especial estimulam a produção de artigos sobre o tema, o que não significa que quando não há tais sessões ou a revista não é especializada a produção sobre o tema não ocorra, mas, de acordo com os dados demonstrados, a ocorrência se dá em menor quantidade.

Algo que também se sustenta ao verificar a distribuição dos 55 artigos entre 2015 e 2023 e sua distribuição por periódicos, dispostos na tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição de artigos sobre políticas de educação especial na série histórica 2015 – 2023 por periódicos

Periódico de Publicação do Artigo	Quantidade de Artigos
Revista Brasileira de Educação Especial	20
Educação e Pesquisa	06
Educação & Realidade	06
Educação em Revista	03
Educar em Revista	03
Cadernos de Pesquisa	03
Cadernos CEDES	03
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	03
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	02
Psicologia Escolar e Educacional	02
Cadernos de Saúde Pública	01
Revista Brasileira de Educação	01
Revista de Administração Pública	01
Revista Brasileira de História da Educação	01
Total	55

Fonte: O autor (com base em scielo.br/, 2023).

Observa-se uma relação direta entre os anos que apresentam maior quantidade de publicações da temática, dossiê ou de revista especializada. O mesmo ocorre quando se nota a quantidade de artigos sobre o tema selecionado por periódico, sendo a Revista Brasileira de Educação Especial a qual deteve mais de 36% das publicações inventariadas na coleção SciELO Brasil, seguida pelas revistas “Educação e Pesquisa” e “Educação e Realidade”, que figuraram como destaque no ano de 2019, apresentando respectivamente dossiê e a sessão temática sobre Educação Especial.

Segundo informações contidas na página do SciELO⁸, na qual a “Revista Brasileira de Educação Especial” está alocada, o periódico é de responsabilidade da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE). Fundada em 1993 e tem como objetivo “a disseminação de conhecimento em Educação Especial e áreas afins com publicação em fluxo contínuo” (ABPEE, 2022). A revista conta com dois números de ISSN sendo 1413-6538 para revista impressa e 1980-5470 para versão on-line. Além da ABPEE a revista recebe financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento

⁸scielo.br/journal/rbee/about/#about

Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente o periódico conta com Kamila Lockmann da Universidade Federal do Rio Grande –como Editora Chefe.

A revista publica artigos com foco na Educação Especial e trabalha com fluxo contínuo de artigos conforme ordem de chegada de artigos submetidos, podendo levar de 12 a 18 meses para avaliação e publicação, a revista se encontra por meio do SciELO. (ABPEE, 2022).

Já a revista “Educação e pesquisa”, também segundo sessão “Sobre o periódico”⁹ disponível na coleção SciELO Brasil, é de responsabilidade da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), contém ISSN para versão impressa (1517-9702) e On-Line (1678-4634), desde 2018 a revista vem sendo editada de forma contínua, e até setembro de 2023 contavam com Marcos Sidnei Pagotto-Euzebio e Lúcia Helena Sasseron Roberto ambos os professores da Universidade de São Paulo como editores chefes. A revista conta, além da FEUSP, com a Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais da USP, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Ministério da Educação – MEC; Ministério da Ciência e da Tecnologia – MCT.

Por fim, a revista “Educação e Realidade” de responsabilidade da - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre 2015 e 2021 foram publicados quatro números por ano, com exceção de 2016 no qual publicou-se um número especial. Já no ano de 2022 a revista passou a ser de fluxo contínuo com número único, e assim permanece em 2023. Tem como editor chefe Luís Armando Gandin Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Além da universidade o periódico conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Ministério da Educação – MEC; Ministério da Ciência e da Tecnologia – MCT e Programa de apoio à Edição de Periódicos – PAEP.

Dos três periódicos com maior número de publicações sobre o tema desta pesquisa, duas delas os editores chefes se relacionam com universidades do Estado do Rio Grande do Sul e uma de São Paulo e duas delas são de responsabilidade de universidades (UFRGS e USP).

Ao relacionar a Unidade Federativa nas quais se encontram as Instituições de Pesquisa ou de Educação na qual o autor principal do artigo se vinculava quando publicou o

⁹ scielo.br/journal/ep/about/#about

artigo, observa-se que as unidades federativas com maior número de artigos são Rio Grande do Sul e São Paulo, como mostra a tabela 4, o que poderia indicar uma relação direta entre a localização da entidade responsável pela revista e a origem dos autores. No entanto, para figurar os dados expostos, acessou-se cada um dos artigos e clicou-se em autores, copiou-se a universidade na qual o autor/ autora principal declara-se vinculado(a) e a Unidade Federativa da instituição, dados que podem ser observados na tabela 4. Sendo assim, um mesmo autor pode ter sido contado mais de uma vez, visto que a contagem foi por artigo e não por autor.

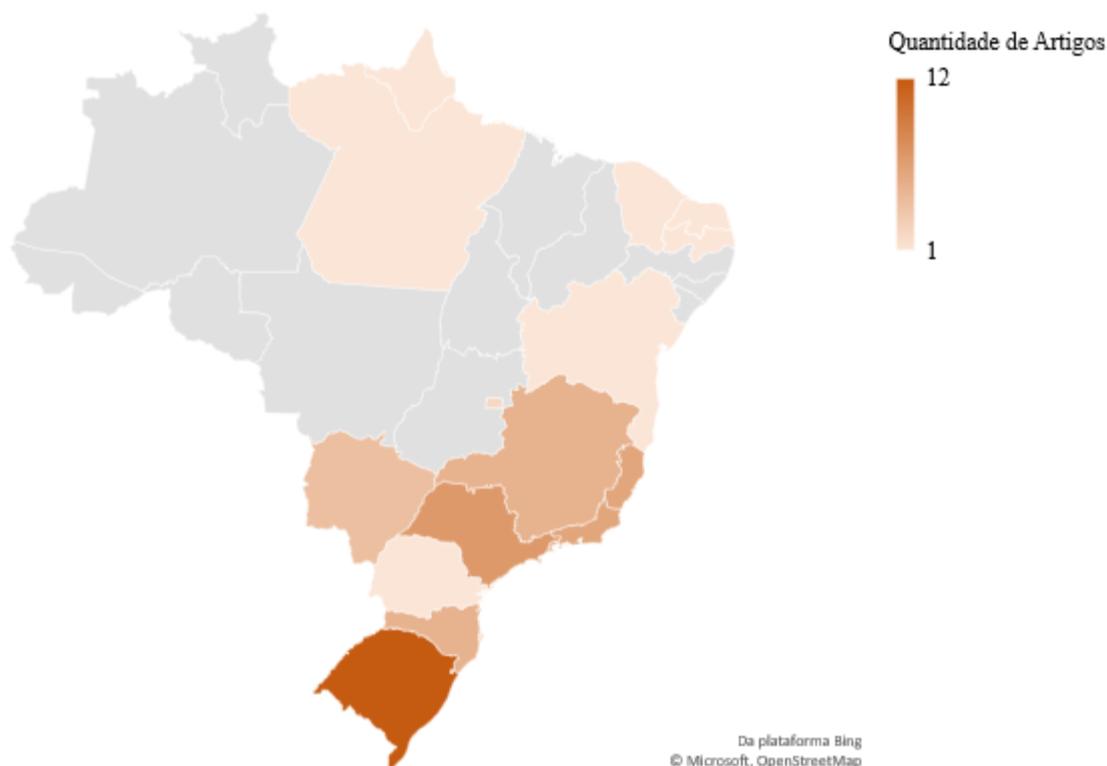
Tabela 4 – Distribuição das Unidades Federativas das instituições nas quais os primeiros autores dos artigos sobre Política da Educação Especial inventariados do SciELO publicados entre 2015 e 2023 se vinculavam.

Unidade Federativa da instituição do autor principal	Quantidade de Artigos
Rio Grande do Sul	12
São Paulo	07
Espírito Santo	06
Rio de Janeiro	06
Minas Gerais	05
Mato Grosso do Sul	04
Santa Catarina	04
Distrito Federal	02
Amapá	01
Bahia	01
Ceará	01
ESPANHA	01
FRANÇA	01
Pará	01
Paraíba	01
Paraná	01
Rio Grande do Norte	01
Total	55

Fonte: O autor (com base em scielo.br/, 2023).

Destaca-se na Tabela 4 que dois artigos se vinculavam a autores de instituições estrangeiras, todos os demais a instituições brasileiras. Na distribuição da quantidade de artigos por UF do Brasil pode ser observado na Figura 1, no qual é possível identificar a predominância da quantidade de artigos das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Figura 1 – Demonstração dos estados com predominância de artigos no Brasil, com destaque para as UFs das instituições nas quais os primeiros autores dos artigos sobre Política da Educação Especial inventariados do SciELO publicados entre 2015 e 2023 se vinculavam.



Fonte: O autor (com base em sciELO.br/, 2023).

Dos 55 artigos aqui analisados, 12 deles foram publicados por autores a entidades do Rio Grande do Sul, sendo oito deles com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dois com a Universidade Federal de Santa Maria, 1 com Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha e um com a Universidade La Salle, ou seja, a maioria dos autores dentro do recorte aqui selecionado, no caso do Rio Grande do Sul, são vinculados a uma universidade específica. Já no Estado de São Paulo, o segundo estado da Tabela 3, os autores estão divididos em um número maior de universidades, sendo que dos sete artigos publicados por autores vinculados a instituições paulistas, a com maior número de primeiro autor vinculado foi a Universidade Federal de São Carlos com dois artigos ou outros cinco estão divididos um por universidade, como aponta a Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição das Instituições nas quais os primeiros autores dos artigos sobre Política da Educação Especial inventariados do SciELO publicados entre 2015 e 2023 se vinculavam.

Instituição de origem do autor principal	Quantidade de Artigos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	08
Universidade Federal do Espírito Santo	05
Universidade Federal de Minas Gerais	05
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	03
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	02
Universidade Federal de Santa Catarina	02
Universidade Federal de Santa Maria	02
Universidade Federal de São Carlos	02
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca	01
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	01
Instituto Federal do Espírito Santo	01
Paris Descartes <i>University</i>	01
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	01
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	01
<i>Universidad de Salamanca</i>	01
Universidade Católica de Brasília	01
Universidade Cidade de São Paulo	01
Universidade da Região de Joinville	01
Universidade de Araraquara	01
Universidade de Brasília	01
Universidade de São Paulo	01
Universidade do Estado de Santa Catarina.	01
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	01
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	01
Universidade Federal da Fronteira Sul	01
Universidade Federal da Grande Dourados	01
Universidade Federal de Campina Grande	01
Universidade Federal de São Paulo	01
Universidade Federal do Amapá	01
Universidade Federal do Ceará	01
Universidade Federal do Pará	01
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	01
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	01
Universidade <i>La Salle</i>	01
Total	55

Fonte: O auto, (com base em scielo.br/ , 2023).

Os primeiros autores dos 55 artigos sobre políticas de Educação Especial se vinculavam a 34 instituições diferentes, sendo dessas 25 públicas e 10 privadas, sendo assim, as instituições públicas atrelam-se aos 45 primeiro autor(a), visto que os/as autores(s)/autora(s) das instituições privadas figuram um artigo de cada instituição. Tal dado indica a importância das instituições públicas frente às privadas no que diz respeito à produção científica sobre Políticas de Educação Especial, sobretudo as universidades federais.

2.3. Revista Educação Especial – UFSM

Diferente dos repositórios a procura em revista especializada sobre educação especial não havia mecanismo de busca por descritores. De tal forma, o procedimento deu acesso aos volumes publicados entre 2015 e 2023, disponíveis de forma digital na WEB e inventariando os artigos em planilha do programa Microsoft Excel.

Utilizando o navegador Google Chrome acessou-se o *site* <https://periodicos.ufsm.br/> e localizou-se o periódico “Revista Educação Especial” e acionou-se o *link* “Acessar Revista”, dando acesso ao um outro endereço *periodicos.ufsm.br/educacaoespecial*, onde localizou-se o menu principal que continha a opção “Arquivos”, ao acessar tal opção encaminhou-se para uma lista de 24 volumes com ano de publicação entre 2012 e 2023. Na lista apresentada clicou-se sobre o exemplar “Revista Educação Especial, v. 28, n. 51, jan./abr. 2015”, ao abrir a página os dados dos artigos foram copiados para Microsoft Excel, inventariando título do artigo, autor(es)/autor (as) e ano de publicação. O procedimento foi realizado em todos os volumes e números publicados entre 2015 e 2023 totalizando 18 publicações, considerando que entre 2015 e 2018, foram publicados 1 Volume com 3 números, no entanto, de 2019 até 2023 as publicações passaram a ser apenas um volume por ano no modelo “Publicação Contínua”.

A busca resultou em 582 artigos, no entanto 10 deles tinham título em língua espanhola, ao verificar o *link* confirmou-se que o artigo completo também estava em espanhol, por esta razão foram excluídos do levantamento, resultando em 572 artigos dos quais após a leitura dos títulos, selecionou-se em planilha separada, os artigos que indicavam tratar de políticas da educação especial. No entanto, considera-se que “nem sempre o título da unidade dá uma ideia fiel do tema” (Severino, 2007, p.57), por isso, em caso de dúvidas pesquisou-se mais informações nos resumos. Assim, dos 572 textos, selecionou-se 61. Dos 61 inventariou-se os seus respectivos resumos, assim como a instituição do autor principal,

finalizando o procedimento de levantamento para iniciar a análise dos dados bibliométricos. Ao acessar os links dos artigos e inventariar os resumos, notou-se que dos 61 artigos selecionados, dois não estavam disponíveis em Língua Portuguesa, sendo também excluídos, totalizando 59 artigos entre 2015 e 2023 sobre política de educação especial, publicados em língua portuguesa.

Também não foram considerados no levantamento os editoriais e textos publicados na seção “Prêmio Melhores Teses e Dissertações”, presentes no volume 32 de 2019.

Assim como as demais plataformas (CTD e SciELO Brasil), percebe-se aumento da quantidade de artigos que trataram sobre políticas de Educação Especial durante a série histórica 2015 -2023, publicados na Revista Educação Especial, visto que, considerando sete meses de 2023 já haviam sido publicados 6 artigos, como organizado na Tabela 6.

Tabela 6 – Distribuição por ano de publicação dos artigos sobre Políticas de Educação Especial, inventariados dos volumes da Revista Educação Especial publicados entre 2015 e 2023.

Ano de Publicação	Quantidade de artigos
2015	4
2016	3
2017	4
2018	11
2019	14
2020	5
2021	2
2022	10
2023	6
Total	59

Fonte: O autor (com base em periodicos.ufsm.br/, 2023).

Observa-se redução significativa na quantidade de artigos coletadas sobre o assunto aqui tratado entre os anos 2020 e 2021, onde é visível que de acordo com a pesquisa realizada da plataforma SciELO, os trabalhos passaram de 13 para 7, após o recorde de publicações, também sobre o assunto, no ano de 2019, no qual a revista publicou dossiê sobre “Direitos Linguísticos dos Surdos: concepções e práticas inclusivas” que continha seis artigos sobre políticas de educação especial, com foco sobre a surdez.

Dos outros publicados na série histórica a Universidade Federal de São Carlos, foi a que mais se vinculava aos primeiros autores, no entanto, somente com 1 artigo a mais

que Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal Fluminense, como indicado na Tabela 7.

Tabela 7 - Distribuição das Instituições nas quais os primeiros autores dos artigos sobre Política da Educação Especial inventariados da Revista Educação Especial publicados entre 2015 e 2023 se vinculavam.

Instituição do autor principal	Quantidade de artigos
Universidade Federal de São Carlos	4
Universidade de São Paulo	3
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	3
Universidade Federal de Santa Maria	3
Universidade Federal Fluminense	3
Universidade do Estado de Santa Catarina	2
Universidade do Estado do Pará	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2
Universidade Regional de Blumenau	2
<i>Brunel University</i>	1
Centro Universitário Metodista	1
Centro Universitário Univates	1
Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos Vera Lúcia Aparecida Ribeiro	1
Escola Superior Pedagógica do Bié	1
Faculdade Pio Décimo, Aracaju	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	1
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	1
Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz	1
Secretaria de Educação do Distrito Federal	1
Universidade de Brasília	1
Universidade de Uberaba	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1
Universidade do Minho	1
Universidade do Porto	1
Universidade do Vale do Itajaí	1
Universidade Estadual do Centro-Oeste	1
Universidade Federal da Bahia	1
Universidade Federal da Grande Dourados	1
Universidade Federal da Paraíba	1
Universidade Federal de Alagoas	1
Universidade Federal de Lavras	1
Universidade Federal de Minas Gerais	1
Universidade Federal de Pernambuco	1
Universidade Federal de Rondônia	1
Universidade Federal do ABC	1
Universidade Federal do Alagoas	1
Universidade Federal do Espírito Santo	1
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	1

Universidade Federal do Pará	1
Universidade Federal do Paraná	1
Universidade Federal do Rio Grande	1
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	1

Fonte: O autor (com base em periodicos.ufsm.br/, 2023).

Assim como em outras bases, as universidades dos estados do sul e sudeste destacam-se em quantidade de artigos sobre políticas de Educação Especial, mas, fora os estados das duas regiões citadas, destacam-se Mato Grosso do Sul e Pará como detalhado na Tabela 8.

Tabela 8 - Distribuição das Unidades Federativas das instituições nas quais os primeiros autores dos artigos sobre Política da Educação Especial inventariados da Revista Educação Especial publicados entre 2015 e 2023 se vinculavam.

UF da instituição do autor principal	Quantidade de Artigos
Rio Grande do Sul	10
São Paulo	9
Rio de Janeiro	8
Santa Catarina	6
Mato Grosso do Sul	4
Minas Gerais	3
Pará	3
Paraná	3
Distrito Federal	2
Alagoas	2
Angola	1
Sergipe	1
Bahia	1
Paraíba	1
Pernambuco	1
Rondônia	1
Portugal	2
Inglaterra	1
Total	59

Fonte: O autor (com base em periodicos.ufsm.br/, 2023).

Além das universidades brasileiras, quatro artigos estavam vinculados a autores de universidades estrangeiras, sendo de Angola, Inglaterra e Portugal, sendo este último responsável por dois artigos e os demais por um.

Ao analisar a distribuição de artigos por estados brasileiros, observa-se o estado do Rio Grande do Sul, assim como nas demais bases analisadas, figurando como o estado com maior quantidade de publicações sobre Políticas de Educação Especial, seguido de São Paulo. Distribuição essa ilustrada na Figura 2.

ainda se encontra dentro dos textos tratados neste capítulo trabalhos que fogem do tema da educação especial, foram os casos dos artigos apresentando a seguir no quadro 3.

Quadro 3 – Artigos fora da temática considerados na análise bibliométrica

Título do Artigo	Autores (as)	Base
Pessoas com Deficiência e a Construção de Estratégias Comunitárias para Promover a Participação no Mundo do Trabalho	AOKI, Marta; SILVA, Raíssa Molina; SOUTO, Ana Cristina Fagundes; OLIVER, Fátima Corrêa	Scielo
A Premência do Diagnóstico Precoce da Surdez e seus Efeitos no Campo Conceitual da Educação de Surdos	CAMATTI, Liane; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise	Scielo
Análise do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBr-M) e suas Implicações Sociais	NUNES, Lauren Cristine Aguiar; LEITE, Lúcia Pereira; AMARAL, Gabriel Filipe Duarte	Scielo
Medir o que valorizamos ou valorizar o que medimos? Globalização, responsabilidade e a noção de propósito da educação	Gert Biesta	Revista de Educação Especial

Fonte: O autor

Os textos aparecem na pesquisa devido ao sistema de varredura empregado, sendo assim, podem aparecer por conta de citar palavras relacionadas ao tema, ainda que não seja esse o escopo central de discussão. Eles foram considerados, pois só se identificou que não se tratava do assunto relacionado quando os resumos foram lidos, na etapa seguinte da pesquisa.

Nesse sentido, para melhor verificar os assuntos discutidos e encontrar similitudes e diferenças entre os trabalhos, optou-se por analisá-los qualitativamente a partir dos resumos. Tais análises estão organizadas e apresentadas no capítulo 3.

3. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE ARTIGOS ENTRE 2015 E 2023

O presente capítulo tem por objetivo analisar a produção acadêmica sobre política de Educação Especial no Brasil com foco na Educação Básica entre 2015 e 2023, utilizando-se do conceito de Estado do Conhecimento (Nogueira, 2015; Mori; Adrião, 2018).

Caracteriza-se qualitativamente os dados obtidos a partir dos resumos dos artigos inventariados de duas fontes disponíveis na *World Wide Web*, sendo: Scientific Electronic Library Online – SciELO e Revista Educação Especial – UFSM.

Com base em Adrião (2022), utilizou-se como elementos para análise os seguintes critérios: campo empírico analisado, natureza da pesquisa, programas e/ou políticas e etapa de escolaridade no artigo. Acrescentou-se aos critérios o tipo de deficiência abordado.

De acordo com Adrião, 2022, p. 113 esse tipo de pesquisa permite “inventariar e analisar a produção científica sobre determinado tema, com vistas a indicar tendências nas investigações e lacunas de pesquisa”. Nesse sentido, a intenção é identificar as lacunas e como foram abordadas as políticas de educação especial no Brasil no período selecionado de acordo com a produção científica de artigos.

Para este capítulo analisou-se os trabalhos sobre política de educação especial na educação básica, eliminando aqueles que discutiram políticas de educação especial em outros países, mesmo que comparando ao Brasil, assim como aqueles que tinham como tema a educação no ensino superior, cursos técnicos e tecnólogos ou ainda educação não formal, sendo assim, o total de trabalhos considerados foi de 40 artigos provenientes do levantamento na plataforma SciELO Brasil e 39 artigos a partir do periódico Revista Educação Especial – UFSM, todos apresentados no Quadro I da sessão anexo. A diferença entre a quantidade de artigos do capítulo para o capítulo 3, se dá pela exclusão de artigos que não se tratava da educação especial na educação básica, por se tratar de artigos referentes a outros países, ou ainda por se tratar de artigos de temas que não são específicos da educação especial escolar.

Ressalta-se que as leituras de resumos podem conter falhas, visto que nem sempre apresentam todas as informações almeçadas, ou ainda não os deixam de forma evidente. A tentativa foi reunir a maior quantidade de informações, e a partir disso inferir avaliações, por exemplo: o resumo pode não relatar diretamente que se trata de uma pesquisa documental, no entanto informa que foram analisados diversos documentos, logo conclui-se que se trata de uma pesquisa documental.

Tendo em vista tais aproximações, tentou-se reunir dentro de cada critério categorias para agrupar os trabalhos. A fim de exemplificar os itens analisados optou-se por acessar alguns trabalhos na íntegra, com a única finalidade de dialogar com as análises feitas em cada item por meio dos resumos.

3.1. Campo Empírico analisado

Define-se como Campo Empírico a localidade dos trabalhos encontrados, na qual a pesquisa se dedicou. Os artigos selecionados foram agrupados em quatro categorias:

- **Brasil:** quando se tratava de discussões de políticas nacionais ou ainda que abrangiam diversos municípios ou estados em diferentes regiões, caracterizando-se como uma pesquisa de âmbito nacional.
- **Região:** aquelas que focaram em estados ou municípios de uma determinada região entre Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.
- **Estado:** para os trabalhos que focaram em uma rede estadual ou ainda em redes municipais de um determinado estado.
- **Município:** aquelas que focaram em um município ou ainda em redes municipais próximas, como regiões metropolitanas.

A partir da compilação dos dados encontra-se que a maior parte dos trabalhos se voltaram às políticas que incidiram e incidem em todo território nacional, representando mais da metade dos artigos selecionados, em menor quantidade há trabalhos sobre as políticas municipais e outros sobre as redes estaduais.

Agrupando os artigos de acordo com a Unidade Federativa pesquisada, encontra-se que os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, juntamente com seus municípios, foram os mais pesquisados, como representado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição de artigos sobre Políticas de Educação Especial nas bases SciELO coleção Brasil e Revista Educação Especial entre 2015 e 2023 por Unidade Federativa



Fonte: O autor (com bases em periodicos.ufsm.br/ e scielo.br, 2023).

Observa-se que ainda há no levantamento 36 artigos que tiveram como campo empírico todo território nacional, dois artigos estudaram uma região do Brasil, Norte e Centro-Oeste, sendo o segundo uma pesquisa sobre a região e sobre o estado do Mato Grosso. Em outros 07 não foi possível identificar qual o campo empírico, considerando assim como sem informação.

Como exemplo de artigo no qual se discutiu as políticas em âmbito nacional, há, Kraemer e Thoma, (2019), que se concentra principalmente nas políticas sociais e educacionais implementadas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas. Apontando que essas políticas não têm como objetivo principal alcançar a igualdade, mas sim estabelecer condições justas para a participação de todos. Além disso, destaca a inclusão das pessoas com deficiência como um tema central nas discussões políticas e educacionais. A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024), é enfatizada, apresentando 20 metas a serem atingidas ao longo de uma década.

Ou ainda, Faveri e Heinzle, (2019) que utilizam de dados estatísticos sobre as matrículas na Educação Básica nos sistemas de ensino brasileiros para apontar que o número de matrículas de alunos com Altas Habilidades/Superdotação tem crescido, porém, ainda de forma lenta. Isso sugere que há uma lacuna na identificação e um distanciamento entre o que está sendo realizado e o que é preconizado pela legislação educacional. Portanto, o estudo aponta, que há a necessidade de uma constante reflexão e de estudos sobre políticas para Altas Habilidades/Superdotação, a fim de que sejam conhecidas e reconhecidas no campo

educacional para fortalecer as ações. O texto ainda menciona duas políticas públicas relacionadas às Altas Habilidades/Superdotação na Educação Especial no Brasil: Nota Técnica nº 40, de 15 de julho de 2015 que trata do Atendimento Educacional Especializado aos Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação e o Decreto nº 9.664, de 2 de janeiro de 2019 que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Esse decreto prevê a oferta de atendimento educacional especializado para alunos com Altas Habilidades/Superdotação.

Outros trabalhos buscaram assuntos diversos, mas ainda em âmbito nacional, como as avaliações em larga escala, segundo um dos artigos “o que se evidencia, por meio de produções acadêmicas que tratam de avaliação em larga escala e educação especial, é um processo de exclusão” (Souza, 2018, p. 872). Nesse sentido, as diretrizes nacionais de avaliação em larga escala se opõem às políticas inclusivas, o artigo investiga as implicações decorrentes das medidas de avaliação em larga escala no que concerne à efetivação da inclusão escolar, uma temática intrinsecamente vinculada à consideração da realização do direito universal a uma educação de excelência. De modo específico, a presente pesquisa suscita questões acerca dos desdobramentos dessas medidas para o panorama da inclusão educacional, examinando de maneira crítica a interligação entre a concessão de estímulos vinculados aos desempenhos obtidos nas avaliações e a expectativa subjacente de que tal avaliação promova uma dinâmica competitiva, culminando, na melhoria da qualidade educacional.

Para Passone e Araújo (2020) que também acionam o tema das avaliações e a relação com a educação inclusiva,

Ao situar o debate acerca da avaliação educacional e da inclusão escolar no Brasil, considera-se que os processos de avaliação fazem parte de nossa cultura educacional e pedagógica desde o início. Um componente político, ideológico e cultural que marca, para o bem e para o mal, as práticas escolares ao longo do Brasil República (Passone; Araújo, 2020, p.138).

No entanto, trata-se de um artigo com campo empírico estadual, no qual indica que os estudantes portadores de deficiência figuram como pessoas praticamente imperceptíveis no contexto da política de avaliação de desempenho educacional no âmbito do estado do Ceará. Ainda segundo os mesmos autores o referido estado se destaca como um dos pioneiros na adoção do princípio de *accountability* educacional, manifestando uma arraigada cultura de avaliação e administração pautadas em resultados, com a finalidade de exercer um controle mais efetivo sobre a qualidade das políticas educacionais locais. O

estudo ainda cita que a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva representa uma das iniciativas governamentais voltadas para a inclusão, exercendo influência sobre as instituições de ensino examinadas no estudo. Adicionalmente, a narrativa sustenta que essa política constitui uma das variáveis consideradas na avaliação dos limites e das potencialidades inerentes às ações decorrentes de políticas públicas educacionais direcionadas aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista matriculados nessas instituições de ensino (Passone; Araújo, 2020).

Dos artigos analisados ao menos 19 deles se referenciam sobre Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), tanto de forma nacional, analisando o próprio documento como é o caso, Neves, Rahme e Ferreira (2019) no qual os autores abordam a PNEEPEI. Destaca-se que a PNEEPEI foi estabelecida em 2008 com o propósito de orientar estados e municípios na garantia do direito de todos à educação regular, priorizando indivíduos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Ressalta-se que a PNEEPEI está alinhada com a promoção do acesso e permanência de todos os estudantes nas escolas, em conformidade com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (2006). O texto também enfatiza que a PNEEPEI se fundamenta no princípio constitucional do direito universal à educação e tem suas bases em um contexto histórico marcado por amplos movimentos internacionais das décadas anteriores, os quais consagram o paradigma inclusivo nos sistemas educacionais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) também é analisada em contexto municipal, sua incidência na cidade de Jundiaí no interior de São Paulo. Por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa, a autora e autor Alves e Aguilar (2018) analisaram ao longo de cinco anos de implementação PNEEPEI na cidade de Jundiaí-SP, a pesquisa destacou que o município ainda estava se adaptando às novas diretrizes dessa política. A necessidade de coordenação entre os setores da Secretaria Municipal de Educação Especial (SME) e o Núcleo de Políticas Públicas Inclusivas (NPPI) foi identificada para atender às demandas emergentes. Ainda segundo os autores, apesar dos desafios, a implementação da PNEEPEI foi fundamental na reorganização da Educação Especial e Inclusiva em Jundiaí. A análise ressaltou a influência da gestão do NPPI na implementação da política e as mudanças na estrutura da Educação Especial no município. A PNEEPEI não apenas contribuiu para a construção de uma política inclusiva, mas também impulsionou o aumento de matrículas de alunos da Educação Especial em classes regulares. Ainda segundo este artigo, antes da implementação da PNEE-PEI, o terceiro setor

desempenhava um papel relevante no atendimento da Educação Especial em Jundiá (Alves;Aguilar, 2018).

Contudo, indica-se como exemplo de artigo que se estuda sobre a educação especial no município sem focar nas escolas municipais o texto de título “Educação Especial no Município de Sorocaba, SP: os contextos das políticas e o direito à educação” (Públio; Lima;Caiado, 2018) segundo os autores, a abordagem de educação especial adotada pela rede municipal de Sorocaba procurou alinhar-se às diretrizes estabelecidas pelas políticas nacionais e internacionais. O contexto de influência desempenhou um papel crucial nas iniciativas empreendidas pela Secretaria Municipal de Educação, as quais evoluíram ao longo de cada período, alinhadas aos distintos projetos governamentais. Porém, por não se consolidarem como uma política pública municipal, essas iniciativas evidenciam rupturas nos processos que garantem o direito à educação dos estudantes público-alvo da educação especial. As conclusões destacam que a formação da rede municipal de educação especial em Sorocaba enfrentou diversos desafios em diferentes áreas, como pessoal, econômica, física e ideológica. Cada período temporal apresentou uma complexa interação entre continuidade e ruptura. Além disso, ressalta-se a necessidade crucial de garantir a implementação efetiva e duradoura das políticas públicas para preservar os direitos conquistados pelos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento (Públio; Lima; Caiado, 2018).

Há ainda exemplo de trabalhos que incidem sobre uma região como é o caso do artigo “Trabalho, carreira docente e Educação Especial: análise dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração dos estados da Região Norte do Brasil” no qual as autoras Santos e Bartleta (2023) discorrem sobre a trajetória profissional dos docentes atuantes na Educação Especial nas redes estaduais de Ensino dos estados pertencentes à região Norte do Brasil, com especial atenção aos dispositivos dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração destinados aos educadores. A pesquisa ressalta a relevância de promover a valorização da carreira docente e aprimorar as condições de trabalho e a remuneração dos professores envolvidos nessa modalidade educacional.

Sobre o item campo empírico, pode-se dizer que há uma vasta produção, versando sobre diferentes territórios do Brasil, não havendo grandes lacunas, no entanto, atenta-se ao fato de cidades pequenas¹⁰ aparecem menos nas pesquisas, mas destaca-se que há exemplos que no resumo não é possível definir com exatidão a cidade, menos ainda o

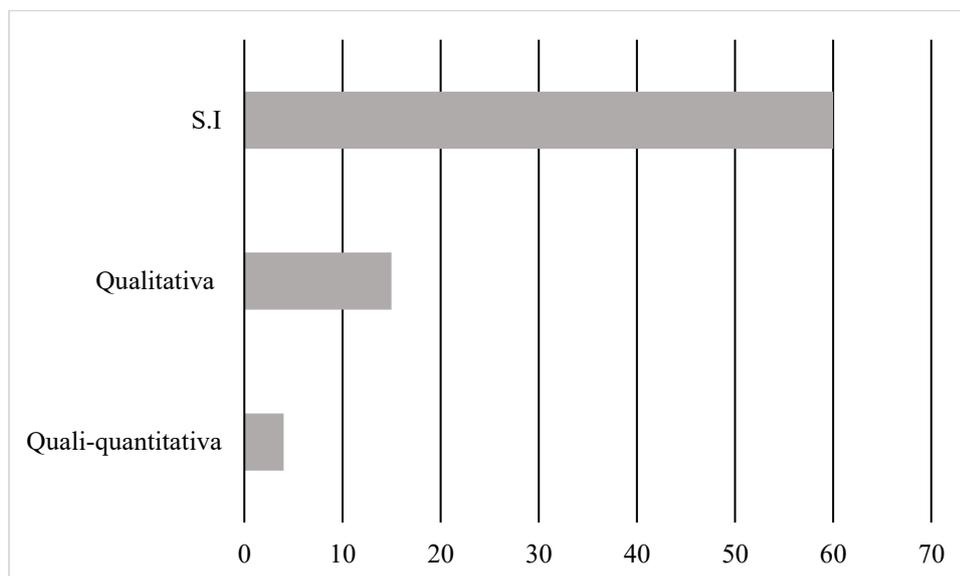
¹⁰ aquelas com menos de 50 mil habitantes em acordo com IBGE.

tamanho delas, pois são descritas com termos genéricos como “sete municípios do Rio Grande do Sul” ou ainda “A pesquisa foi qualitativa do tipo exploratório, participando seis professoras, seus alunos com NEEs e três profissionais do Núcleo de Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação” (Matos e Mendes, 2015 p. 9). No entanto, indica-se que não se trata necessariamente de uma falta de informação não intencional, mas sim uma forma de manter o sigilo do local onde a pesquisa foi realizada, visto que ao abrir o texto na íntegra, ainda assim as informações são generalistas, como “O estudo foi desenvolvido em três escolas de uma cidade do interior baiano, que se tornou município polo do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, em 2005” (Matos; Mendes, 2015 p. 10).

3.2. Natureza da pesquisa

Uma forma de agrupar as pesquisas acadêmicas são as de natureza qualitativa ou quantitativa, todavia, há também aquelas que se utilizam das duas abordagens simultaneamente e comparativamente, que pode-se chamar de “quali-quantitativas” (Adrião, 2022, p.120); e assim estas apresentam objetivos diferentes assim como técnicas de pesquisa e formas de análise e apresentação dos resultados, tendo em vista que a pesquisa qualitativa descreve fenômenos a partir da complexidade subjetiva ela pode ser usada para complementar pesquisas quantitativas, que por sua vez tem como característica central a análise numérica de dados objetivos que são abordados de forma analítica. Para Severino (2007) deve-se considerar quantitativa ou qualitativa o tipo de abordagem ao qual se apoiam em determinados conjuntos de metodologias. Sendo assim, observa-se que a partir do resumo, a maioria dos artigos selecionados apontavam no resumo qual a natureza da pesquisa, sendo 60 deles classificados como sem informações, quatro artigos são de natureza mista, usando tantos dados quantitativos e a partir deles fazendo uma análise qualitativa, como ilustrado no gráfico 2.

Gráfico 2 Natureza das pesquisas sobre Políticas de Educação Especial nas bases Scielo coleção Brasil e Revista Educação Especial entre 2015 e 2023



Fonte: O autor (com bases em periodicos.ufsm.br/ e scielo.br, 2023).

Observa-se que 15 artigos são considerados pelos autores como pesquisas de natureza qualitativa.

Como por exemplo Ribeiro e Nozu (2022) que apresentam um estudo delineado no qual traz uma abordagem quali-quantitativa. Os métodos empregados englobam tanto uma revisão documental e bibliográfica como a coleta de microdados provenientes do Censo Escolar da Educação Básica.

Ou ainda, o trabalho de Batista, Costa e Denari (2020) que apresenta uma investigação de natureza qualitativa, especificamente do tipo exploratória, adotando uma abordagem analítica pautada pelo ciclo de políticas. Os resultados obtidos indicam que a Educação Especial não logrou uma discussão abrangente acerca de suas práticas nas instituições de ensino indígenas. Além disso, evidencia-se que as inter-relações entre a Educação Especial e a Educação Escolar Indígena encontravam-se em estágio embrionário, notadamente em virtude das mudanças no cenário político com a transição.

Aponta-se que nenhuma das pesquisas foi definida unicamente como quantitativa e indica uma possível lacuna no campo, visto que pesquisas quantitativas podem apresentar dados a serem usados para avaliação e implementação de políticas públicas.

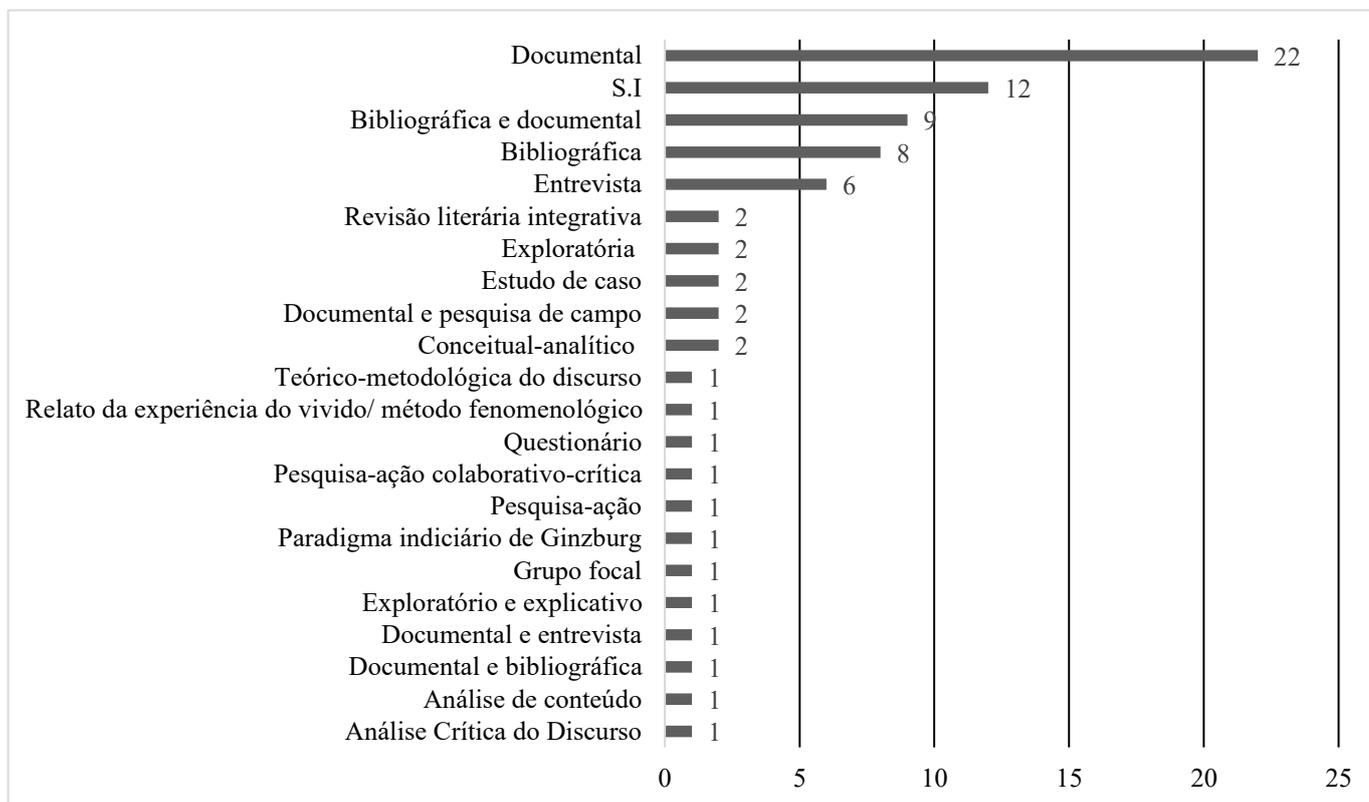
3.3. Metodologia adotada

Ainda em acordo com Adrião (2022) optou-se por identificar a metodologia a partir daquelas informadas no resumo. Considera-se que a metodologia é o nome dado ao conjunto de procedimentos adotados para atender o objetivo da pesquisa organizada de forma racional, crítica e reflexiva levando em consideração os aspectos epistemológicos, lógicos e operacionais (Severino, 2007).

Aponta-se como exemplos de metodologia pesquisa: etnográfica, participante, estudo de caso, pesquisa-ação, análise de conteúdo, bibliográfica, documental, experimental, de campo, exploratória e explicativa (Severino, 2007), mas vale salientar que outras metodologias ou a somatória delas também podem ser indicadas nos resumos pelo conjunto de artigos analisados.

Entre os artigos selecionados, a predominância do uso de metodologias documentais e bibliográficas é evidente. Quando somamos os dois métodos ou quando eles aparecem associados, encontramos mais da metade dos artigos que se utilizaram de tais metodologias como ilustra o gráfico 3.

Gráfico 3 – Metodologia utilizadas nas pesquisas sobre Políticas de Educação Especial nas bases Scielo coleção Brasil e Revista Educação Especial entre 2015 e 2023



Fonte: O autor (com bases em periodicos.ufsm.br/ e scielo.br, 2023)

Cita-se como exemplo a pesquisa de Fraga, Varela, Wuo e Rausch (2017), na qual a partir de uma abordagem qualitativa, analisando documentos oficiais produzidos entre 2008 e 2012, incluindo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Programa Pedagógico da Fundação Catarinense de Educação Especial (2009), a Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina (2009) e as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Básica de Blumenau (2012), revelam que a educação especial assume um caráter transversal e dialoga com o sistema educacional como um todo, visando à entrada, permanência, aprendizagem e participação de pessoas com necessidades educacionais especiais por meio do Atendimento Educacional Especializado. No entanto, as autoras afirmam que encontraram diferenças nas políticas estadual e municipal, especialmente em relação aos serviços oferecidos e ao público atendido.

Destaca-se como uma metodologia menos recorrente, dentro da temática discutida, o trabalho de Pacheco, Czekalski, Tassa e Cruz (2019) no qual a partir da perspectiva do Ciclo de Políticas, que oferece uma análise acerca da política educacional, exploraram as concepções de profissionais da Educação Básica em relação à inclusão escolar, utilizando como base os resultados obtidos por meio de um encontro realizado através de grupo focal. Observa-se que este fator se torna relevante pois evidencia uma prática de entrevista em grupo, com interação recorrente entre os participantes, apenas com questões direcionadas elencadas pelo entrevistador, logo permite uma investigação mais profunda do tema abordado. Nesse contexto, os discursos analisados revelam as justificativas que fundamentam a resistência à inclusão, destacando os obstáculos que esses profissionais percebem em suas práticas educacionais.

3.4. Etapa da Educação Básica

Define-se a partir da LDB, Lei nº 9349/1996 que a Educação Básica é um conjunto de três etapas da educação formal, sendo as etapas, Educação infantil a qual contempla crianças entre zero e cinco anos de idade; Ensino fundamental voltado para crianças entre seis e quatorze ano de idade; Ensino Médio previsto para jovens entre 15 e 17 anos de idade. Indica-se que os resumos dos artigos analisados nem sempre se referem exatamente a etapa abordada, no entanto indica-se que se analisaram mais de uma etapa da educação básica, ou ainda que as pesquisas foram realizadas visando a educação formal, mas sem indicar exatamente em qual etapa, nesses casos considerou-se como um artigo sobre a

educação básica, mas sem definir a etapa. A pesquisa também encontrou artigos que não definiam a etapa, pois analisavam as políticas de educação especial de forma geral, a partir dos documentos, englobando a educação básica, mas não somente, sendo assim, para tal característica considerou-se como etapa indefinida.

Assim, considera-se que as pesquisas, ao menos no que foi possível verificar por meio dos resumos, não costumam focar em etapas específicas, e sim analisar a inclusão de forma ampla em diferentes contextos a partir do campo empírico. No entanto identifica-se um artigo sobre a educação infantil, três sobre o Ensino Médio e um outro sobre o Ensino Fundamental, todavia 53 artigos tratavam da educação básica, sem definir exatamente a etapa, ao verificar os assuntos tratados percebe-se a maioria deles versa sobre o Ensino Fundamental e Médio, mas usam os termos como Educação Básica, Ensino Regular, Escola Comum entre outros.

Há ainda outros 22 trabalhos que se considerou indefinidos como por exemplo, o artigo de Célio Sobrinho, Pantaleão e Sá (2016) posto indicarem que o propósito do Plano Nacional de Educação consiste em estabelecer metas e estratégias para aprimorar o sistema educacional brasileiro ao longo de um período de 10 anos. Os autores ainda apontam a relação do PNE com a Educação Especial que se manifesta por meio da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, que visa assegurar o acesso, a permanência e o sucesso escolar de alunos público da educação especial dentro do ambiente das escolas regulares. Assim, o Plano Nacional de Educação delinea metas específicas para promover a inclusão desses tanto na educação básica quanto no ensino superior.

Em pesquisa realizada em Escola do Ensino Médio do Rio de Janeiro, baseando-se nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, as autoras Leme e Costa (2016) indicam que enfrentar os desafios para promover a inclusão na educação envolve questões complexas para profissionais, familiares e a comunidade, haja vista que as leis por si só não tornam a escola democrática, sendo as práticas educacionais inclusivas as verdadeiras promotoras da democratização. Por isso, pondera-se que os professores não devem ser apenas executores, mas cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, sendo assim, a essa categoria deve-se oferecer formações que os capacitem, permitindo compreender como lidam com a inclusão na escola.

Sobre o texto que aborda o Ensino Fundamental indica-se que o objetivo do estudo apresentado foi identificar e analisar as concepções de deficiência e os fundamentos teóricos que embasam as políticas públicas de Educação Especial no Brasil, no período de 1973 a 2016, direcionadas aos alunos do Ensino Fundamental. A análise se concentrou nos

documentos normativos e orientadores dessas políticas, permitindo a identificação da definição do público-alvo e das justificativas técnicas, teóricas e políticas associadas a essa definição. O texto aborda diferentes momentos do Ensino Fundamental, mencionando diversas leis, dentre elas a Lei nº 11.274 de 2006 a qual modificou a duração do ensino fundamental para nove anos, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade (Kuhnen, 2017).

Já o artigo que trata da Educação Infantil “A normatização do AEE na educação infantil municipal de Niterói” no qual autor e autora Santos e Queiroz (2019) indicam que se trata de uma pesquisa de mestrado realizada pela Universidade Federal Fluminense com o propósito de identificar o Ciclo de Políticas Públicas da Educação Especial no município de Niterói que buscou analisar de que forma essas políticas, voltadas para crianças com necessidades educacionais especiais com idade inferior a seis anos, têm se concretizado no sistema municipal de ensino. Para atingir esses objetivos, a pesquisa adotou a triangulação de dados, englobando a análise do contexto histórico-social, entrevistas com professores e gestores, e a análise de documentos oficiais, permitindo indicar que

a disponibilização de serviços da educação especial para a inclusão da criança com necessidades educacionais especiais na educação infantil pressupõe a organização de políticas públicas diferenciadas que contemple a especificidade do primeiro segmento da educação básica (Santos; Queiroz, 2019, p.13).

O artigo aponta para a necessidade de outras pesquisas no âmbito da Educação Especial no que se refere às características únicas da Educação Infantil.

Como indicado em 22 resumos de artigos não foi possível identificar uma etapa específica como por exemplo no texto de Nunes e Rodrigues (2022) no qual as autoras apontam as críticas direcionadas à Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida (PNEE - 2022) instituída pelo Decreto nº 10.502/2020. As autoras destacam a natureza excludente e alegam ilegalidade, argumentando que não estão alinhadas com as normativas legalmente estabelecidas para a inclusão do público-alvo da educação especial. Além disso, o texto sustenta que a PNEE - 2022 não favorece a promoção de uma educação inclusiva e equitativa, mas, ao contrário, perpetua a segregação e exclusão desses alunos. Isso ocorre devido à proposta de criação de escolas e classes especiais, bem como à falta de garantias para o acesso desses alunos à educação comum. (Nunes e Rodrigues, 2022). Indica-se que se trata de uma discussão necessária, que engloba a educação básica, mas não somente.

3.5. Política, programa e público da pesquisa

Neste trabalho, para análise qualitativa foram considerados os documentos, programas e projetos abordados nos trabalhos assim como os agentes, ou seja, categorias como docentes, estudantes, familiares bem como se os trabalhos incidiram sobre determinado público da educação especial.

As produções acadêmicas no SciELO e no periódico Revista de Educação Especial sobre política da educação especial abordaram assuntos e documentos. Dentre os assuntos estão:

- A inclusão de alunos com deficiência na escola regular, visto que os estudos abordam-, por meio dos documentos e entrevistas com professores e familiares de alunos com deficiência os desafios e as possibilidades da inclusão destes na escola regular, bem como as políticas públicas e as práticas pedagógicas que contribuem para a inclusão. No geral todos tendem a defender o processo de inclusão, mas apontam falhas e barreiras a serem superadas;
- A formação continuada de professores sobre a educação especial é outro tema recorrente nas produções acadêmicas inventariadas. Aponta-se para a importância da formação dos professores para a educação especial e políticas públicas de incentivo por meio de planos de carreiras e para o estímulo de práticas pedagógicas que contribuem para a formação de professores inclusivos;
- Os estudos também investigam os tipos e a organização dos recursos e serviços especializados disponíveis para alunos com deficiência, no geral o Serviço Educacional especializado em salas de recursos multifuncionais e em segundo plano os apoios como cuidadoras, apoio pedagógico em sala de aula regular;
- Os documentos legais sobre políticas públicas para a promoção da educação inclusiva e educação especial no Brasil de forma ampla, sem focar em uma determinada região, também foram recorrentes no período analisado em segundo plano figuram estudos sobre as implicações dessas políticas para a inclusão de alunos com deficiência.

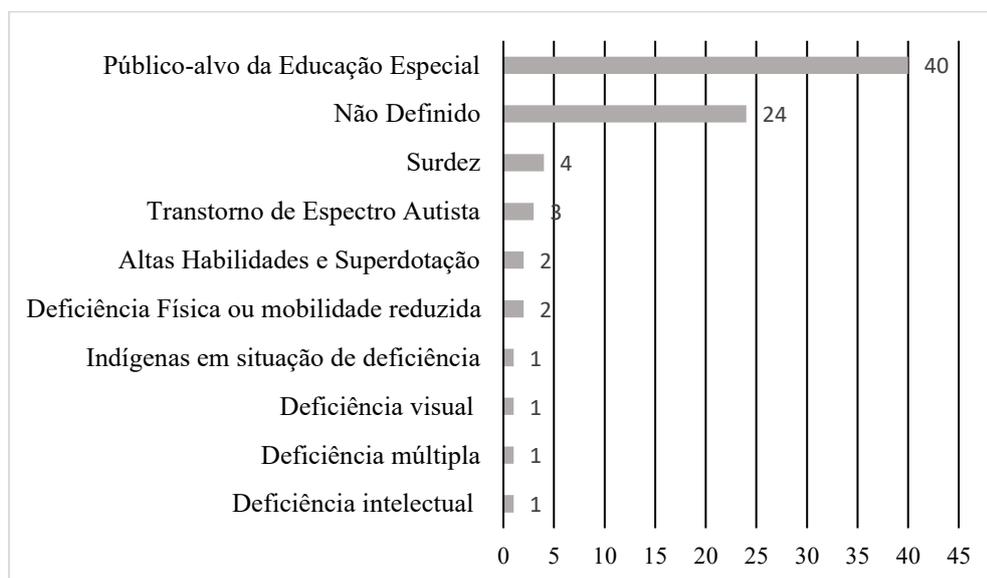
Relacionando os itens indicados é possível apontar que os artigos inventariados, voltam-se, principalmente, sobre as políticas nacionais. Embora, as convenções internacionais quase sempre sejam citadas, como no trabalho Silva, Molero e Roman (2016):

faz referência à construção histórica dos direitos humanos e a contribuição da escola para a efetivação desses direitos hoje assegurados em legislação. A escola

é local para propagar uma cultura dos direitos, espaço privilegiado para a convivência em direitos humanos, espaço para compreender e vivenciar a diversidade (Silva; Molero; Roman, 2016, p. 109).

Dentre as deficiências abordadas a maior parte dos artigos versam sobre o público-alvo da educação especial, mas também se encontrou aqueles que focaram em deficiências específicas, como indica o gráfico 4.

Gráfico 4 – Tipos de deficiência citadas nas pesquisas sobre Políticas de Educação Especial nas bases Scielo coleção Brasil e Revista de Educação Especial entre 2015 e 2023



Fonte: O autor (com bases em periodicos.ufsm.br/ e scielo.br, 2023).

O paradigma dos direitos humanos tem na educação inclusiva uma faceta crucial, extrapolando os limites da mera presença na escola para se tornar um catalisador na busca pela igualdade nas condições de vida. Nesse contexto, destaca-se a relevância das políticas públicas inclusivas, das mais variadas formas, como por exemplo o estudo no qual analisa “a relação entre estudantes com Transtorno de Espectro Autista e dispositivos móveis” (Santarosa e Conforto, 2015, p. 349) focando nas políticas públicas.

Outro campo de estudo é o financiamento educacional tratado em dois artigos sendo que um discute especificamente sob o escopo do Fundef e Fundeb no período de 2007 a 2013, no estado do Espírito Santo e indica a repercussão das políticas de financiamento no aumento das matrículas na educação especial, mas ressaltam as carências estruturais que persistem na rede pública de ensino, exigindo uma reflexão profunda sobre recursos direcionados a essa modalidade (França, 2015). No entanto, um outro trabalho focaliza o

financiamento, olhando para o transporte escolar das pessoas com deficiências à luz da meta 4 do Plano Nacional de Educação (Ribeiro; Tentes, 2016).

Em outro viés, uma análise crítica da base conceitual da meta quatro do Plano Nacional de Educação revela a tensão entre adjetivação especial e a ideia de inclusão, onde muitas vezes as deficiências são alocadas com adjetivos como necessidades educacionais especiais como o artigo apresenta:

que os municípios propõem, majoritariamente, formação aos professores do atendimento educacional especializado, em detrimento daqueles que atuam nas salas regulares, concluindo-se que os planos, em geral, distanciam-se da construção de sistemas educacionais inclusivos e seguem uma concepção de educação especial centrada no atendimento educacional especializado (Rigo; Oliveira, 2021, p.1).

Além disso, sob uma perspectiva crítica da política de inclusão, um estudo aprofundado destaca as concepções do Projeto Educar na Diversidade e sua materialização nas instituições públicas. A análise revela um descompasso entre as propostas teóricas e as práticas efetivas, evidenciando uma política de inclusão que, muitas vezes, se alinha com paradigmas neoliberais como a privatização, amplificando as desigualdades. Segundo as autoras:

ao mesmo tempo em que os documentos anunciavam formações calcadas numa abordagem de professor-pesquisador, a realidade denunciava ações formativas esporádicas a parcela dos professores da rede, expondo uma política de inclusão implicada com o modelo neoliberal de sociedade e reforçada pelas iniciativas da globalização vigente (Lima; Dorziat, 2015 p.437).

No contexto das mudanças nas políticas nacionais de educação especial, observa-se a tentativa de revisão da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva entre 2016 e 2019. A proposta de alteração, ao reorganizar responsabilidades e reintroduzir modelos de educação especial separados, suscita questionamentos sobre a eficácia dessas mudanças para promover a inclusão escolar.

Analisando a evolução da escolarização de pessoas com deficiência no Brasil, um estudo realizado por Schabbach e Rosa (2021) analisa as coalizões de defesa que influenciaram o subsistema nacional de educação especial e evidencia a transição de paradigmas, com a coalizão da educação inclusiva (coalizão 2) ganhando destaque na década de 2000 e consolidando sua hegemonia em 2008 com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Anteriormente, a coalizão 1 predominava, baseada na segregação dos estudantes de acordo com tipos específicos de

deficiência e habilidades de aprendizagem, vigorando de 1973 a 2002. A política atual propõe a inclusão escolar de alunos com diferentes necessidades em classes regulares, marcando uma mudança significativa em direção a princípios inclusivos, buscando proporcionar uma educação equitativa para todos os estudantes (Schabbach; Rosa, 2021).

Abordando a atuação de diferentes atores na formulação da política nacional de educação especial entre 2001 e 2018, um estudo (Kassar; Rebelo; Oliveira, 2019) destaca as disputas entre instituições especializadas e grupos de pessoas com deficiência, evidenciando a polaridade que, segundo as autoras, prejudicam a maturidade de propostas adequadas às necessidades específicas dos alunos. Segundo as autoras:

Verifica-se que o período se caracteriza por disputas em que há a evidente ação das parcerias históricas na formulação de diretrizes para a educação especial e o fortalecimento de outro grupo composto por pais, pesquisadores do campo, técnicos e assessores políticos, que passa a combater explicitamente a histórica atuação das instituições especializadas. Conclui-se que essas disputas levaram à constituição de uma polaridade que não tem colaborado para o amadurecimento de propostas e projetos adequados às especificidades dos alunos da Educação Especial, no que se refere à atenção aos recursos e às especificidades educacionais e ao financiamento público das ações a esse campo (Kassar; Rebelo; Oliveira 2019, p.1).

Ainda sobre a participação de diversos atores da sociedade, destaca-se o artigo de Hattge e Lopes (2015) que discute a participação do Movimento Todos Pela Educação, afirmando que existe um paradoxo que

por um lado, num sistema escolar pautado pelas exigências da performatividade, a inclusão de todos é uma condição inegociável, absolutamente necessária para reduzir o risco social e elevar o Brasil nos rankings internacionais na Educação, por outro lado, esses ditos “incluídos” ameaçam a performatividade escolar, uma vez que seus desempenhos nas avaliações de larga escala, muitas vezes, não são considerados satisfatórios para atender às metas estabelecidas pelo Movimento Todos Pela Educação (Hattge; Lopes, 2015, p.569).

De modo geral atenta-se para o fato de que as pesquisas selecionadas neste estudo são abrangentes e mergulham em uma série de temas que permeiam o cenário educacional brasileiro. O campo da Educação Especial é explorado através de uma variedade de lentes, proporcionando uma compreensão mais rica das complexidades inerentes a essas áreas.

Observa-se que as pesquisas se voltam para os desafios concretos enfrentados na inclusão escolar, desde a investigação da inclusão de estudantes com autismo em Maceió (Ribeiro; Melo; Sella, 2017) até a exploração das demandas dos professores resultantes das

práticas inclusivas (Matos; Mendes, 2015). A análise aprofundada das relações entre Educação Especial e Educação Inclusiva em Santa Catarina (Fraga; Varela; Wuo;Rausch, 2017) adiciona camadas de compreensão, questionando e explorando os conceitos e suas manifestações nas políticas educacionais.

Assim, destaca-se que os artigos discutem a avaliação em larga escala, destacando suas características no contexto brasileiro e explorando as implicações dessas avaliações na inclusão escolar passando pelas críticas à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva oferecem uma análise penetrante das nuances presentes nas políticas em vigor, desvelando deslocamentos discursivos e fragilizando conquistas importantes para as pessoas com deficiência (Souza, 2018; Mendes; Segabinazzi, 2018).

As pesquisas não se restringem ao âmbito das políticas e desafios, mas permeiam questões práticas como a gestão da qualidade em instituições de ensino, revisões de políticas nacionais, participação política na constituição do público-alvo das políticas de Educação Especial e a utilização da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) na Educação Inclusiva (Assis; D'água, 2022).

As pesquisas também apresentam discussões sobre inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional, análises críticas sobre políticas de leitura e inclusão de alunos com deficiência visual, práticas avaliativas para alunos com deficiência intelectual, e a implementação de políticas para identificação e atendimento de alunos com altas habilidades/superdotação, abordando diferentes aspectos, desde desafios até estratégias e impactos nas práticas educacionais, apresenta-se também a o debate sobre a educação de surdos no Brasil no ensino regular.

Ao reunir esses diversos temas, as pesquisas oferecem uma compreensão abrangente e intrincada das dinâmicas, desafios e avanços presentes na interseção entre Educação Especial e inclusão escolar no contexto brasileiro. Cada faceta abordada contribui para um panorama mais completo e informado, essencial para avançarmos em direção a práticas educacionais mais inclusivas e equitativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, aprovada em 6 de julho de 2015, publicada como Lei nº 13.146, estabelece que a educação inclusiva, tem por dever proporcionar condições de acesso, assim como, condições e oportunidades sem distinção para todos os estudantes e pessoas em idade escolar, sendo assim, a educação de pessoas com deficiência, nos termos da lei, deve acontecer em salas regulares e com apoio de recursos e serviços especializados quando necessário, independente da natureza ou gravidade da deficiência.

Dentre os serviços de apoio está o Atendimento Educação Especializado, sendo assim, percebe-se que os artigos publicados após a aprovação da LBI, uma parte considerável se debruçou sobre tal tema.

Também indica-se que entre 2015 e 2022, de acordo com dados do censo escolar o número de matrículas de estudantes, caracterizados como público da educação especial, em escolas regulares aumentou de 3,3 milhões para 4,7 milhões evidenciando desafios, como a necessidade crescente de apoio e a falta de formação de docentes para atender a diversidade das turmas, visto que ter um estudante com deficiência em sala deixou de ser uma excepcionalidade e passou a ser uma característica da salas regulares, fato que também reflete nas pesquisas, que em sua maioria abordam a questão dos desafios da educação inclusiva, ainda que esse não seja o objeto central da pesquisa. Ainda se ressalta que ha uma vasta produção que alerta para a necessidade de aprimorar a formação docente em prol de desenhos de aprendizagem que permitam a inclusão de forma orgânica.

Diante da análise bibliométrica das duas bases inventariadas, considera-se como ponto em comum o acesso via navegador da WEB, ou seja, a disponibilidade dos trabalhos de forma online, ainda que o mecanismo de busca se difira.

Indica-se a partir dos dados apresentados participação significativa das universidades públicas na produção de conhecimento sobre Políticas de Educação Especial, com destaque para a produção nos Estados das Regiões Sul e Sudeste, em especial os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Percebe-se, que ao longo da série histórica houve um movimento de aumento das produções sobre o assunto, porém vale mencionar que nos anos de 2020 e 2021 houve diminuição da quantidade, talvez pela influência da Pandemia de Covid-19 que assolava o mundo.

Alerta-se que mesmo com o uso dos filtros, e todo o procedimento adotado para selecionar trabalhos que estivessem dentro do escopo das políticas de Educação Especial, ainda se encontra dentro dos textos tratados neste capítulo quatro textos que fogem da temática, porém, foram considerados por serem reportados a partir dos recortes feitos. Tais trabalhos podem aparecer por conta de citar palavras relacionadas ao tema, ainda que não seja esse o escopo central de discussão.

Apesar do período de pesquisa ter se limitado a LBI de 2015 considera-se que o documento mais citado nos artigos é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada no de 2008 e no que se refere a educação a LBI reproduz os dizeres deste documento.

Aponta-se como resultado que as pesquisas sobre as políticas de Educação Especial no Brasil entre 2005 e 2023 têm, de modo geral, características qualitativas, ainda que com dados quantitativos em sua totalidade os artigos inferiram discussões qualitativas.

Ainda como resultados de pesquisa, percebe-se que a maior parte dos artigos analisados buscaram discutir os documentos legais em âmbito nacional, mesmo que o campo empírico seja um ou mais estados e municípios ainda sim verifica-se a discussão com a legislação nacional, foram raros os textos que abordam políticas locais, quando isso aconteceu foram em relação aos Planos Municipais de Educação e aos planos de carreira dos professores de Educação Especial.

Identificam-se lacunas no que se refere às etapas da educação básica estudada, atenta-se para o fato de que a maioria esmagadora, ou seja, 54 artigos foram definidos nesta pesquisa como Educação Básica por não haver em seus resumos uma indicação evidente da etapa estudada e 22 foram classificados como indefinido por discutir política de educação especial, mas não indicar ou fazer referência a etapa, ou seja, analisa de forma ampla os documentos.

Indica-se a necessidade de aprofundamento da pesquisa a partir dos textos na íntegra, visto a limitação dos resumos como fonte, ainda que indiquem dados significativos.

Concluindo, a compreensão da política de educação especial no Brasil exige uma abordagem abrangente que considere as múltiplas dimensões envolvidas, desde a base conceitual até a atuação prática de diferentes atores e as dinâmicas de financiamento. Essa visão geral é essencial para informar decisões políticas e práticas educacionais mais eficazes e inclusivas, assim como determinam a Declaração dos Direitos Humanos e o Decreto nº 6.949/2005 no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABPEE (Rio de Janeiro). **Sobre o periódico**. 2022. Associação Brasileira de pesquisadores em Educação Especial - ABPEE. Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/rbee/about/#about>. Acesso em: 8 ago. 2023.

AMIRALIAN, Maria Lt; PINTO, Elizabeth B; GHIRARDI, Maria Ig; LICHTIG, Ida; MASINI, Elcie Fs; PASQUALIN, Luiz. Conceituando deficiência. **Revista de Saúde Pública**, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 97-103, fev. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-89102000000100017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/HTPVXH94hXtm9twDKdywBgy/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ASSIS, Eber Pinheiro de; D'ÁGUA, Solange Vera Nunes de Lima. CIF e a Inclusão Profissional: políticas públicas para alunos com deficiência física. **Revista Educação Especial**, [S.L.], p. 1-19, 22 set. 2022. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x62652>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/62652>. Acesso em: 20 out. 2023.

BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elioenai Dornelles. Social Model: a new approach of the disability theme. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 816-823, ago. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-11692010000400022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/yBG83q48WG6KDHmFXXsgVkR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2023.

BATISTA, Geisa Cristina; COSTA, Maria da Piedade Resende da; DENARI, Fátima Elisabeth. Ações de políticas públicas da educação especial nas escolas indígenas acreanas. **Revista Educação Especial**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 1-23, 21 ago. 2020. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x42075>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/42075>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL (org.). **Censo escolar da educação básica 2022**: censo escolar da educação básica 2022. Censo Escolar da Educação Básica 2022. 2023. Inep. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. [Declaração (1990)]. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien – 1990). Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobreeducao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 05 de jun. 2023.

BRASIL. [Declaração (1994)]. **Declaração de Salamanca - sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 05. jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Claudia Pereira Dutra. Ministro da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Mec, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956**: Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, 08 out. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 maio. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2ª ed. versão e atualização. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11549/231204>. Acesso dia 06 de junho. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172/2001. 2001b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso dia 09 de junho. 2019.

BRASIL. **PNEE**: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASÍLIA-DF. Brasil. Mec/Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>. Acesso em: 31 maio 2021.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

BUENO. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educação, 1993. 150 p.

CAIADO, Katia Regina Moreno; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Programa Educação inclusiva: direito à diversidade - uma análise a partir da visão de gestores de um município-polo. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 35, n. 2, p. 303-315, ago. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022009000200006>. CAPES (ed.). **CAPES - Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Dados das Teses e Dissertações da Pós-Graduação 2021 a 2024**. 2022. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2021-a-2024-catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil/resource/ffed0390-61b4-4823-99db-ea27e7cb8fad>. Acesso em: 8 maio 2023.

CASAGRANDE, Rosana de Castro. **O campo acadêmico da educação especial no Brasil**. 2020. 349 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGÉ, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

CELIO SOBRINHO, Reginaldo; PANTALEÃO, Edson; SÁ, Maria das Graças Carvalho Silva de. O plano nacional de educação e a educação especial. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 46, n. 160, p. 504-525, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053143400>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KWhndfTV6Sxc3JDL9Cm9Qdk/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2023.

CROSO, Camilla (org.). **Las leyes generales de educación en América Latina: el derecho como proyecto político**. São Paulo: Campanha Latinoamericana Por El Derecho A La Educación, 2015. 70 p. Disponível em: <https://redclade.org/wp-content/uploads/Las-Leyes-Generales-de-Educaci%C3%B3n-en-Am%C3%A9rica-Latina-y-el-Caribe-El-derecho-como-proyecto-pol%C3%ADtico.pdf>. Acesso em: 26 maio 2023.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. 89 p.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, Curitiba, v. 45, n. 4, p. 1-22, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109146>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DsjZ343HBXtdVySJcgmX3VS/?lang=pt#>. Acesso em: 18 maio 2023.

FAVERI, Fanny Bianca Mette de; HEINZLE, Marcia Regina Selpa. Altas Habilidades/Superdotação: políticas visíveis na educação dos invisíveis. **Revista Educação Especial**, [S.L.], v. 32, p. 1-23, 12 dez. 2019. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x39198>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/39198/pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302002000300013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2023.

FRAGA, Juliany Mazera; VARELA, Aline Martins; WUO, Andrea Soares; RAUSCH, Rita Buzzi. Conceitos e relações entre educação inclusiva e educação especial nas legislações educacionais do Brasil, Santa Catarina e Blumenau. **Revista Educação Especial**, [S.L.], v. 30, n. 57, p. 41, 11 abr. 2017. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x22012>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/22012>. Acesso em: 13 out. 2023.

FRANÇA, Marileide Gonçalves. O financiamento da educação especial no âmbito dos fundos da educação básica: FUNDEF e FUNDEB. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 58, p. 271-286, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.42415>.

JACOBO, Blanca Estela Zardel; TAPIA, María Cristina Hernández. Carácter de interpelación de la “Discapacidad”: política y prácticas emergentes. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 1-18, 27 dez. 2021. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x67662>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/67662/45492>. Acesso em: 13 jul. 2023.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 ago. 2023.

JESUS, Ivone das Dores de. **A Inclusão de alunos com deficiência na educação superior: uma análise na universidade estadual do maranhão**. 2020. 218 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4520>. Acesso em: 8 jul. 2023.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 45, p. 1-19, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634201945217170>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/SVmZZLzBnrZFnyqXR9TSpYc/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

KRAEMER, Graciele Marjana; THOMA, Adriana da Silva. A Modulação das Condutas das Pessoas com Deficiência no Contexto Educacional Brasileiro de Inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 421-434, set. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382519000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/X7f6ht9KvjgYbcN8XhPxY4K/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

KUHNEN, Roseli Terezinha. A Concepção de Deficiência na Política de Educação Especial Brasileira (1973-2016). **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 329-334, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382317000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/zy6xH5wSzJDtVkhF7BKtQYt/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

LANDIM, Caroline Carvalho da Costa Lima. **Política Nacional de Educação Especial: antecedentes, disputas, repercussões e análise sobre o Decreto 10.502/2020**. 2022. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2022.

LIMA, Eliana Cunha. **A formação de professores para a educação inclusiva e a contribuição da área de educação inclusiva da Fundação Dorina Nowill para Cegos**. 2021. 87 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia da Educação, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24468>. Acesso em: 13 jul. 2023.

LIMA, Niédja Maria Ferreira; DORZIAT, Ana. Formação docente para educar na diversidade: concepções subjacentes nos documentos oficiais e na prática explicitada. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.L.], v. 23, n. 87, p. 437-460, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362015000100018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/r7ZSnNfhnnycsTzNq9QkRTJ/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Diferenciar para incluir ou para excluir? Por uma pedagogia da diferença**. 2013. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/diferenciar-para-incluir-ou-para-excluir-por-uma-pedagogia-da-diferenca/>. Acesso em: 27 maio 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 1, p. 9-22, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382115000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/MFRHf3c3gbCDMMc3CN8n5yg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2023.

MEC, Ministério da Educação -. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 72 p.

MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SEGABINAZZI, Marília. Incluir, comparar e competir: serviços de avaliação externa em larga escala e inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, [S.L.], v. 31, n. 63, p. 849-862, 9 out. 2018. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x33104>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33104>. Acesso em: 20 out. 2023.

MORI, Andrey; ADRIÃO, Theresa. Estado do conhecimento sobre financiamento da educação obrigatória e privatização a partir do Web of Science, 2015-2018. **Revista On Line de Política e Gestão Educacional**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 1241-1257, 1 dez. 2018. Revista Eletrônica Política e Gestão Educacional. <http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v0i0.12009>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12009/7911>. Acesso em: 01 out. 2023.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 1-21, 2019. SEÇÃO TEMÁTICA: EDUCAÇÃO ESPECIAL, PSICANÁLISE E EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/J8j5ZYK99htRZyQnW7Cqbrs/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 13 jun. 2022.

NOGUEIRA, M. A. Teses e dissertações sobre a relação família-escola no Brasil (1997-2011): um estado do conhecimento. 37ª Reunião Anual da ANPEd, UFSC –Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt14-4137.pdf>. Acesso em: 10 de jul. de 2023.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa. O direito à educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da constituição federal e da LDB**. 3. ed. São Paulo: Xamã Vm Editora, 2007. p. 15-41.

Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**. Paris: ONU, Organização das Nações Unidas, 1948.

PACHECO, Priscila; CZEKALSKI, Elisandra Aparecida; TASSA, Khaled Omar Mohamad El; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Educação Inclusiva: um diálogo com a educação básica a partir do ciclo de políticas. **Revista Educação Especial**, [S.L.], p. 1-16, 6 maio de 2019. Universidade Federal de Santa Maria.

<http://dx.doi.org/10.5902/1984686x31781>. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/31781>. Acesso em: 13 out. 2023.

PACKER, Abel L.; MENEGHINI, Rogério. O SciELO aos 15 anos: raison d'être, avanços e desafios para o futuro. In: AL., Abel L. Packer Et. **SciELO – 15 Anos de Acesso Aberto**: um estudo analítico sobre acesso aberto e comunicação científica. Paris: Unesco, 2014. p. 186. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9789237012376>. Acesso em: 02 maio 2023.

PASSONE, Eric; ARAÚJO, Karlane Holanda. DISPOSITIVO DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DO CEARÁ: a (in)visibilidade dos estudantes deficientes. **Cadernos de Pesquisa**, São, v. 50, n. 175, p. 136-160, mar. 2020. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/198053146824>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/ByZRcXjd5YYYqXjxCnN6msH/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 13 set. 2023.

PICCOLO, Gustavo Martins. POR QUE DEVEMOS ABANDONAR A IDEIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, p. 1-17, 2023.

FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es.260386>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/ywPj7Z3kdhmL5PLtQhN63hv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PÚBLIO, Patrícia Lopes Ramos; LIMA, Paulo Gomes; CAIADO, Katia Regina Moreno. EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SOROCABA, SP: os contextos das políticas e o direito à educação. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 38, n. 106, p. 335-354, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/cc0101-32622018198957>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/zbWyST4xGnXs8HSrPb3CBnS/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 13 out. 2023.

REZENDE, Ana Mayra Samuel da Silva. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: políticas e práticas da gestão educacional municipal**. 2021. 173 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2021. Disponível em:
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/204665/rezende_amss_dr_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 03 jul. 2023.

RIBEIRO, Cristiane; MORONI, José Antônio; BEGHINI, Nathalie (org.). **Depois do desmonte: balanço do orçamento geral da união 2022**. Brasília: Inesc, 2023. 131 p. Disponível em: https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Depois_do_desmonte-BOGU_2022.pdf. Acesso em: 03 ago. 2023.

RIBEIRO, Eduardo Adão; NOZU, Washington Cesar Shoiti. Educação Especial do/no Campo: ofensivas neoliberais e processos de in/exclusão escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 1-26, 8 dez. 2022. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x71386>. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/71386>. Acesso em: 13 set. 2023.

RIBEIRO, Daniela Mendonça; MELO, Nínive Rodrigues Cavalcanti de; SELLA, Ana Carolina. A Inclusão de Estudantes com Autismo na Rede Municipal de Ensino de Maceió. **Revista Educação Especial**, [S.L.], v. 30, n. 58, p. 425, 8 ago. 2017. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x25264>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/25264>. Acesso em: 20 out. 2023.

RIBEIRO, Andreia Couto; TENTES, Vanessa Teresinha Alves. O Caminho da Escola para os Estudantes com Deficiência: o transporte escolar acessível no plano viver sem limite. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 27-38, mar. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382216000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/TbGF5NMmmKvGMMtRfHnC5zM/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, set./dez. 2006, p. 37-50. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004>. Acesso em 03 de junho de 2023.

SANTAROSA, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Débora. Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 21, n. 4, p. 349-366, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382115000400003>.

SANTOS, Cristiane Bruce dos. **Educação, inclusão e tecnologia assistiva: dimensões políticas implementadas nas escolas públicas pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus/Am**. 2022. 168 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de

Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/9380/19/Tese_ChristianeBruce_PPGE.pdf. Acesso em: 8 jul. 2023.

SANTOS, Fernanda Viannay Siqueira dos; QUEIROZ, Paulo Pires de. A normatização do AEE na educação infantil municipal de Niterói. **Revista Educação Especial**, [S.L.], v. 32, n. 1, p. 1-14, 6 maio de 2019. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x32798>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/32798/32798>. Acesso em: 20 out. 2023.

SANTOS, Marcia Maria dos; BARLETA, Ilma de Andrade. Trabalho, carreira docente e Educação Especial: análise dos planos de cargos, carreira e remuneração dos estados da região norte do Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 118, p. 1-22, jan. 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362022003003016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/KPbzHJds7btg5yGqnW8Yr4G/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2023.

SANTOS, Vivian. **Avaliação da política de inclusão escolar em um município na perspectiva de professor**. 2020. 425 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Especial., Universidade Federal de São Carlos, São Carlos -SP, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14053/Tese_Vivian_Santos_2020_Ufscar_CORRIGIDO.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 02 jul. 2023.

SBU-UNICAMP (org.). **Google Scholar Metrics**. 2019. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/sbu/google-scholar-metrics/>. Acesso em: 8 jul. 2023.

SCHABBACH, Letícia Maria; ROSA, Júlia Gabriele Lima da. Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 55, n. 6, p. 1312-1332, dez. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220210034>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/mdmYgrSckvPRnskGYQftPRw/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

SENE, L. Z.; BIZELLI, J. L. Sistema de avaliação de periódicos no Brasil: Impactos da evolução dos critérios do Qualis-periódicos da Área de Educação. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, p. e9388, 2022. DOI: 10.22481/praxisedu.v18i49.9388. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9388>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim; SEVERINO; SEVERINO, Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 121 p.

SILVA, Saimonton Tinôco da. **Inclusão escolar: análise de consensos e dissensos entre pesquisadores brasileiros da educação especial**. 2018. 184 p. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos Câmpus São Carlos, São Paulo, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12107/TINOCO_Saimonton.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 1 jun. 2023

SILVA, Anne Patricia Pimentel Nascimento da; SOUZA, Roberta Teixeira de; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, v. 43, n. 3, 2020.

SILVA, Carla Cilene Baptista da; MOLERO, Elaine Soares da Silva; ROMAN, Marcelo Domingues. A Interface entre Saúde e Educação: percepções de educadores sobre educação inclusiva. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 109-115, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-353920150201934>.

SIMÕES, Julian. Sobre deslizamentos semânticos e as contribuições das teorias de gênero para uma nova abordagem do conceito de deficiência intelectual. **Saúde e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 185-197, set. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902019180653>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/M65TBs6yRY6DKSVxxtWvdzh/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SOUZA, Sandra Maria Zákia Lian. Avaliação em larga escala da educação básica e inclusão escolar: questões polarizadoras. **Revista Educação Especial**, [S.L.], v. 31, n. 63, p. 863-878, 9 out. 2018. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x32781>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/32781>. Acesso em: 20 out. 2023.

SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de; MENDES, Eniceia Gonçalves. Revisão Sistemática das Pesquisas Colaborativas em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 279-292, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382317000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sxPMLY5ZBTgWMJVFkdsGQdP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2023.

STRELHOW, T. M. P. B. As influências conceituais do cristianismo sobre a deficiência: o papel do Ensino Religioso na construção de sujeitos de direitos. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 31, n. 61, p. 275–284, 2018. DOI: 10.5902/1984686X25002. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/25002>. Acesso em: 12 ago. 2023.

UFSM. **Sobre a Revista**: foco e escopo. Foco e Escopo. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/about>. Acesso em: Maio de 2023.

UNESCO. **Declaração de Incheon, Educação 2030**: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Incheon: UNESCO, 2015. 5 p.

UNESCO. **The Right to education: law and policy review guidelines**. Paris, 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000228491>. Acesso em: 13 jun. 2023.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; SGAVIOLI, Ana Júlia Ribeiro; SCARLASSARA, Bárbara Solana; NOVAES, Carla Francielly Martini; CRUZ, Girlene de Albuquerque;

MOURA, Mariana Martins. A Produção Científica Nacional na Área de Educação Especial e a Creche. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 24, n. 4, p. 619-636, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-653824180005000010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/qc8HTqyg7BjqvNLtSSh986M/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, [S.L.], v. 14, n. 41, p. 165, 12 jul. 2014. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. <http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.ds08>. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v14n41/v14n41a09.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

ANEXO

Quadro I – Artigos selecionado da SciELO e Revista Educação Especial sobre Política de Educação Especial em Língua Portuguesa na série histórica 2015 e 2023 no âmbito da educação básica.

Título	Autor(s)	Ano de Publicação	Etapa De escolaridade	Natureza	Campo Empírico - UF	Campo Empírico	Programa Política	Público	Metodologia	Base
1. TECNOLOGIAS MÓVEIS NA INCLUSÃO ESCOLAR E DIGITAL DE ESTUDANTES COM TRANSTORNOS DE ESPECTRO AUTISTA	SANTAROS A, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Débora	2015	Educação Básica	Qualitativa	S.I	S.I	Tecnologia e Inclusão de Estudantes com Transtorno de Espectro Autista (TEA)	Transtorno de Espectro Autista	Exploratório e explicativo	SciELO BR
2. O financiamento da educação especial no âmbito dos fundos da educação básica: Fundef e Fundeb	França, Marileide Gonçalves	2015	Educação Básica	S.I	ES	Espírito Santo	Financiamento da Educação Especial	Público da educação especial	Pesquisa-ação	SciELO BR
3. Formação docente para educar na	Lima, Niédja Maria	2015	Educação Básica	S.I	PB	Campina Grande-PB	Política Nacional de Educação	N.D	S.I	SciELO BR

diversidade: concepções subjacentes nos documentos oficiais e na prática explicitada	Ferreira; Dorziat, Ana						Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva			
4. Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar	MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves	2015	Educação Básica	Qualitativa	BA	cidade do interior baiano	Política pública de educação brasileira direcionada ao aluno da Educação Especial de 1974 a 2014.	Necessidades Educacionais Especiais	Exploratório	SciELO BR
5. A inclusão escolar e o movimento Todos Pela Educação	Morgana Domênica Hattge, Maura Corcini Lopes	2015	Educação Básica	S.I	BR	BRASIL	Movimento Todos Pela Educação	Público-alvo da Educação Especial	S.I	Rev. Educ. Especial
6. Educação de surdos e deficientes auditivos: uma análise dos indicadores sociais	Raquel Elizabeth Saes Quiles	2015	Educação Básica	S.I	MS	região Centro-Oeste e estado de Mato Grosso do Sul n	pesquisas contendo diretrizes e modelos para promoção da inclusão escolar,	Surdos e deficientes auditivos	S.I	Rev. Educ. Especial
7. A Interface entre Saúde e Educação: percepções de educadores	Silva, Carla Cilene Baptista da; Molero, Elaine Soares da Silva;	2016	Educação Básica	S.I	SP	Santos (SP)	política de inclusão escolar em Santa Maria	Alunos com deficiência	Entrevista	SciELO BR

sobre educação inclusiva	Roman, Marcelo Domingues									
8. A Escola como Espaço para Efetivação dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência	MARIUSSI, Madalene Isabel; GISI, Maria Lourdes; EYNG, Ana Maria	2016	Educação Básica	S.I	BA	interior da Bahia	políticas de educação especial na rede municipal, no período de 1988 a 2016	Público-alvo da Educação Especial	S.I	SciELO BR
9. Educação Inclusiva: entre questões de direitos humanos e auto-investimento Desdobramentos a partir da lógica neoliberal	Dinara Soraia Ebbing, Leticia Ramalho Brittes	2016	Educação Básica	S.I	RS	escolas estaduais do município de Três Passos – RS	políticas públicas pelo movimento da educação inclusiva,	Pessoas com deficiência	Entrevista	Rev. Educ. Especial
10. Um estudo sobre a constituição de um centro de atendimento educacional especializado : a reconfiguração da educação especial	Luciane Torezan Viegas	2016	Educação Básica	qualitativa	RS	Região metropolitana de Porto Alegre	processo de reconfiguração das proposições que vinculam a educação especial e a educação regular dos alunos com deficiência,	Alunos com deficiência	Entrevista	Rev. Educ. Especial

11. ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM ESTUDO EM LARGA ESCALA	Pasian, Mara Silvia; Mendes, Enicéia Gonçalves; Cia, Fabiana	2017	Educação Básica	S.I	BR	BRASIL	Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) sobre a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Público-alvo da Educação Especial	Documental	SciELO BR
12. A Inclusão de Estudantes com Autismo na Rede Municipal de Ensino de Maceió	Daniela Mendonça Ribeiro, Nírive Rodrigues Cavalcanti de Melo, Ana Carolina Sella	2017	Educação Básica	qualitativa	AL	rede municipal de ensino de Maceió	Intervenção Pedagógica	Estudantes com autismo	Questionário	Rev. Educ. Especial
13. Conceitos e relações entre educação inclusiva e educação especial nas legislações educacionais do Brasil, Santa Catarina e Blumenau	Juliany Mazera Fraga, Aline Martins Varela, Andrea Soares Wu, Rita Buzzi Rausch	2017	Educação Básica	qualitativa	SC	Santa Catarina e de Blumenau	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Programa Pedagógico da Fundação Catarinense de Educação Especial –	Estudantes com deficiência	Documental	Rev. Educ. Especial

							FCEE (2009), a Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina (2009) e as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Básica de Blumenau (2012).			
14. Política de educação especial e o atendimento educacional especializado no estado de Santa Catarina	Valéria Becher Trentin	2017	Educação Básica	qualitativa	SC	Santa Catarina	Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) na Política de Educação Especial de SC (2009), no que tange o Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Público-alvo do serviço proposto	Documental	Rev. Educ. Especial
15. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA	Kassar, Mônica de Carvalho Magalhães; Rebelo, Andressa	2018	Educação Básica	S.I	MS	município do interior do estado de Mato Grosso do Sul.	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	Alunos da educação especial no ensino regular	Estudo de caso	SciELO BR

EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UM MUNICÍPIO DE MATO GROSSO DO SUL	Santos; Rondon, Marcelo Messias; Rocha Filho, José Fonseca da									
16. EDUCAÇÃO ESPECIAL E POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR EM SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL (2007-2015)	Delevati, Aline Castro; Meirelles, Melina Chassot Benincasa; Baptista, Claudio Roberto; Freitas, Cláudia Rodrigues de	2018	Educação Básica	S.I	RS	Santa Maria, no Rio Grande do Sul.	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Alunos com deficiência	Bibliográfica e documental	SciELO BR
17. EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SOROCABA, SP: OS CONTEXTOS DAS POLÍTICAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO	Públio, Patrícia Lopes Ramos; Lima, Paulo Gomes; Caiado, Katia Regina Moreno	2018	Educação Básica	S.I	SP	Sorocaba, São Paulo	política de Educação Especial no Brasil a partir dos anos 2000	Público-alvo da Educação Especial	S.I	SciELO BR

18. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em Jundiá: Uma Análise do Processo de Implementação	ALVES, Denise Soares da Silva; AGUILAR, Luis Enrique	2018	Educação Básica	quantitativo e qualitativo	SP	Jundiá - SP	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) / Política ao Atendimento Educacional Especializado (AEE)	N.D	Análise de conteúdo	SciELO BR
19. As contribuições da pesquisa para a elaboração de políticas de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar	Almeida, Mariangela Lima de; Bento, Maria José Carvalho; Silva, Nazareth Vidal da	2018	Educação Básica	S.I	ES	Região Serrana/ES	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	N.D	Pesquisa-ação colaborativo-crítica	SciELO BR
20. As proposições de uma escola inclusiva na concepção de professores de educação especial: algumas problematizações	Thesing, Mariana Luzia Corrêa; Costas, Fabiane Adela Tonetto	2018	Educação Básica	qualiquantitativa	RS	quatro municípios do Rio Grande do Sul	políticas de educação especial	N.D	Documental	SciELO BR

21. Avaliação em larga escala da educação básica e inclusão escolar: questões polarizadoras	Sandra Maria Zákia Lian Sousa	2018	Educação Básica	S.I	BR	BRASIL	Avaliação em Larga Escala	Público-alvo da Educação Especial	Bibliográfica	Rev. Educ. Especial
22. Incluir, comparar e competir: serviços de avaliação externa em larga escala e inclusão escolar	Geovana Mendonça Lunardi Mendes, Marília Segabinazzi	2018	Educação Básica	S.I	SC	Santa Catarina	Avaliação em Larga Escala	Público-alvo da Educação Especial	S.I	Rev. Educ. Especial
23. Invisibilidades na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): os alunos com deficiência e o trabalho docente	Kamila Lockmann, Roseli Belmonte Machado	2018	Educação Básica	S.I	RS	sete municípios do Rio Grande do Sul	Avaliação em Larga Escala	Alunos com deficiência	Documental	Rev. Educ. Especial
24. O tradutor intérprete de língua de sinais (TILS) e a política nacional de educação inclusiva em contextos bilíngues	Danilo da Silva, Sueli de Fátima Fernandes	2018	Educação Básica	qualitativa e quantitativa	PR	Curitiba e região	direito à educação bilíngue para surdos	Surdos	Documental e entrevista	Rev. Educ. Especial

para surdos: um estudo da realidade da rede pública estadual paranaense										
25. Políticas de fomento à leitura e ações para a participação da pessoa com deficiência visual em Uberaba-MG	Dulceana Pereira, Luciana Beatriz de Oliveira Bar Carvalho	2018	Educação Básica	S.I	MG	Uberaba- MG	Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER)	Deficiênci a visual	Documental e bibliográfica	Rev. Educ. Especi al
26. Por que as escolas continuam “laudando” alunos com deficiência intelectual?	Márcia Denise Pletsch, Carla de Paiva	2018	Educação Básica	S.I	RJ	Baixada Fluminense/ RJ	a avaliação e o encaminhame nto de alunos com deficiência intelectual a partir das diretrizes de educação inclusiva contidas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Deficiênci a intelectual	Entrevista	Rev. Educ. Especi al

27. O Direito à Educação de Alunos com Deficiência: a Gestão da Política de Educação Inclusiva em Escolas Municipais Segundo os Agentes Implementadores	CAMARGO, Flávia Pedrosa de; CARVALHO, Cynthia PAES DE	2019	Educação Básica	Qualitativa	MS	Corumbá/Mato Grosso do Sul	meta 4 do Plano Nacional de Educação nos planos municipais de educação	N.D	Documental	SciELO BR
28. A Modulação das Condutas das Pessoas com Deficiência no Contexto Educacional Brasileiro de Inclusão	KRAEMER, Graciele Marjana; THOMA, Adriana da Silva	2019	Educação Básica	S.I	BR	BRASIL	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	N.D	Bibliográfica e documental	SciELO BR
29. Impactos da política de educação especial (2008) no Ceará e em Fortaleza	Rafante, Heulalia Charalo; Selingardi, Sergio Cristóvão; Silva, Sonia de Oliveirada; Silva, Lenaye Valvassori	2019	Educação Básica	S.I	CE	Ceará	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece)	Público-alvo da Educação Especial	Bibliográfica e documental	SciELO BR
30. Repercussão da política nacional de	Almeida, Mariangela Lima de;	2019	Educação Básica	S.I	ES	Espírito Santo (ES)	Relação entre o campo acadêmico e	Público-alvo da	Estudo de caso	SciELO BR

educação especial no Espírito Santo nos últimos dez anos	Melo, Douglas Christian Ferrari de; França, Marileide Gonçalves						as políticas educacionais.	Educação Especial		
31. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil	Baptista, Claudio Roberto	2019	Educação Básica	Qualitativa	BR	BRASIL	políticas educacionais voltadas aos alunos com deficiência na Rede Municipal	N.D	Documental	SciELO BR
32. Sobre Educação, Política e Singularidade	Rahme, Mônica Maria Farid; Ferreira, Carla Mercês da Rocha Jatobá; Neves, Libéria Rodrigues	2019	Educação Básica	S.I	BR	BRASIL	política de inclusão escolar em curso na sociedade brasileira desde a última década do século XX	Público-alvo da Educação Especial	Documental	SciELO BR
33. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva	Neves, Libéria Rodrigues; Rahme, Mônica Maria Farid; Ferreira, Carla Mercês da Rocha Jatobá	2019	Educação Básica	S.I	BR	BRASIL	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Público-alvo da Educação Especial	Bibliográfica e documental	SciELO BR
34. Altas habilidades/superdotação	Maria Amélia Barcellos	2019	Educação Básica	S.I	S.I	S.I	Atendimento Educacional	Altas Habilidades e	Relato da experiência do vivido/	Rev. Educ.

na perspectiva da inclusão escolar: experiências fenomenológicas a partir da implementação de diretrizes municipais	Fraga, Vitor Gomes						Especializado – AEE	Superdotação	método fenomenológico	Especial
35. Altas Habilidades/ Superdotação : políticas visíveis na educação dos invisíveis	Fanny Bianca Mette de Faveri, Marcia Regina Selpa Heinzle	2019	Educação Básica	S.I	BR	BRASIL	Legislações e políticas vigentes e do Censo Escolar (2013 a 2018)	Altas Habilidades e Superdotação	Documental	Rev. Educ. Especial
36. Educação Inclusiva: um diálogo com a Educação Básica a partir do Ciclo de Políticas	Priscila Pacheco, Elisandra Aparecida Czekalski, Khaled Omar Mohamad El Tassa, Gilmar de Carvalho Cruz	2019	Educação Básica	S.I	S.I	S.I	as concepções de profissionais da Educação Básica a respeito da inclusão escolar	N.D	Grupo focal	Rev. Educ. Especial
37. Pensando a inclusão que temos para tecer a inclusão que queremos: refletindo	Patrícia Ferreira de Andrade, Allan Rocha Damasceno	2019	Educação Básica	S.I	RJ	Itaguaí - RJ	Plano Municipal de Educação de Itaguaí	Público-alvo da Educação Especial	Bibliográfica	Rev. Educ. Especial

sobre a (re)orientação político-pedagógica do PME de Itaguaí/RJ										
38. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos	BEZERRA, Giovani Ferreira	2020	Educação Básica	Qualitativa	BR	BRASIL	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI)	Público-alvo da Educação Especial	Bibliográfica e documental	SciELO BR
39. DISPOSITIVO DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DO CEARÁ: A (IN)VISIBILIDADE DOS ESTUDANTES DEFICIENTES	Passone, Eric; Araújo, Karlane Holanda	2020	Educação Básica	S.I	CE	estado do Ceará	políticas de Educação Especial	N.D	Bibliográfica e documental	SciELO BR
40. Ações de políticas públicas da	Geisa Cristina Batista,	2020	Educação Básica	qualitativa	AC	ACRE	Política de Educação Especial em	Indígenas em	Exploratória	Rev. Educ.

educação especial nas escolas indígenas acreanas	Maria da Piedade Resende da Costa, Fátima Elisabeth Denari						discussões interculturais	situação de deficiência		Especial
41. Inclusão em Escolas das Águas do Pantanal: entre influências globais e particularidades locais	Washington Cesar Shoiti Nozu, Mônica de Carvalho Magalhães Kassar	2020	Educação Básica	qualitativa	MS	Corumbá/MS	Condições de acesso e de permanência Escolas das Águas	Público-Alvo da Educação Especial	Bibliográfica e documental	Rev. Educ. Especial
42. A implementação do ensino remoto na pandemia: qual o lugar da educação especial?	Camizão, Amanda Costa; Conde, Patricia Santos; Victor, Sonia Lopes	2021	Educação Básica	S.I	ES	municípios do Estado do Espírito Santo (ES)	Decreto Presidencial n. 10.502, de 30 de setembro de 2020	Estudantes com deficiência	Revisão literária integrativa	SciELO BR
43. Professor Sem Ensino: projeto de escola e professor para educação especial (1996-2016)	Vaz, Kamille	2021	Educação Básica	S.I	BR	BRASIL	Ensino Remoto	Público-alvo da Educação Especial	Documental	SciELO BR
44. BALANÇO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	RIBEIRO, LUANA LEAL; SILVA,	2021	Educação Básica	S.I	BR	BRASIL	políticas educacionais no início do	N.D	Documental	SciELO BR

SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (2010-2020)	RENATA MALDONADO DA; MARTÍNEZ, SILVIA ALICIA						século XXI no Brasil			
45. INCLUSÃO ESCOLAR: EFEITOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO O NOS PLANOS MUNICIPAIS	Rigo, Neusete Machado; Oliveira, Morgana Maciel de	2021	Educação Básica	Qualitativa	BR	BRASIL	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.	Pessoas com deficiência	Bibliográfica e documental	SciELO BR
46. Desafios à intersectorialidade no cuidado das crianças com deficiência na perspectiva de profissionais da educação	Silva, Lenir Nascimento da; Dias, Francine de Souza; Lenzi, Márcia de Freitas; Costa, Izabelle da Silva	2022	Educação Básica	Qualitativa	RJ	Município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil	principais normativas sobre direitos da criança e da pessoa com deficiência	Pessoas com deficiência	S.I	SciELO BR

47. PELO DIREITO DE APRENDER : CONTRIBUIÇÕES DO MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA À INCLUSÃO ESCOLAR	PICCOLO, GUSTAVO MARTINS	2022	Educação Básica	S.I	BR	BRASIL	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	N.D	Documental	SciELO BR
48. Educação Especial do/no Campo: ofensivas neoliberais e processos de in/exclusão escolar	Eduardo Adão Ribeiro, Washington Cesar Shoiti Nozu	2022	Educação Básica	quali-quantitativa	BR	BRASIL	microdados do Censo Escolar da Educação Básica,	Público-alvo da Educação Especial	Bibliográfica e documental	Rev. Educ. Especial
49. Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva repensando uma Educação Outra	Márcia Maria Rodrigues Uchôa, Jerry Adriano Villanova Chacon	2022	Educação Básica	qualitativa	BR	BRASIL	legislações educacionais (BRASIL, 2008, 2009, 2015)	N.D	Bibliográfica	Rev. Educ. Especial
50. Neoconservadorismo e arcaísmos no neoliberalismo:	Alexandre Filordi de Carvalho, Jonas Rangel de Almeida	2022	Educação Básica	S.I	S.I	S.I	S.I	N.D	S.I	Rev. Educ. Especial

implicações para a corrosão da inclusão escolar										
51. Trabalho, carreira docente e Educação Especial: análise dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração dos estados da Região Norte do Brasil	Santos, Márcia Maria dos; Barleta, Ilma de Andrade	2023	Educação Básica	S.I	Região Norte	Região Norte do Brasil	Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos estados da região Nort	N.D	Documental	SciELO BR
52. Cadê a inclusão das pessoas com deficiência na BNCC? A exclusão comeu!	Joanna de Paoli, Loyane Guedes Santos Lima, Maria de Lourdes Dias Rodrigues, Patrícia Fernandes Lootens Machado	2023	Educação Básica	S.I	BR	BRASIL	BNCC	Pessoas com deficiência	Documental	Rev. Educ. Especial
53. O que revelam as políticas e os indicadores sobre a escolarização	Andressa Santos Rebelo, Márcia Denise Pletsch	2023	Educação Básica	S.I	BR	BRASIL	indicadores de matrículas	Deficiência múltipla	Documental	Rev. Educ. Especial

de alunos com deficiência múltipla no Brasil (1974-2021)?										
54. A Concepção de Deficiência na Política de Educação Especial Brasileira (1973-2016)	KUHNEN, Roseli Terezinha	2017	FUNDAMENTAL	S.I	BR	BRASIL	Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Público-alvo da Educação Especial	Documental	SciELO BR
55. Rodas de pesquisa e formação em educação especial: as trajetórias de estudantes com deficiência	Haas, Clarissa; Pantaleão, Edson; Orlando, Rosimeire Maria; Baptista, Claudio Roberto	2016	INDEFINIDO	Qualitativa	BR	BRASIL	Fundef e do Fundeb para o atendimento das pessoas com deficiência	Público-alvo da Educação Especial	S.I	SciELO BR
56. O plano nacional de educação e a educação especial	Celio Sobrinho, Reginaldo; Pantaleão, Edson; Sá, Maria das Graças Carvalho Silva de	2016	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	Material de formação docente e aos relatórios de um Município-Polo	N.D	Documental	SciELO BR
57. O Caminho da Escola para os Estudantes	RIBEIRO, Andreia Couto; TENTES,	2016	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	política municipal	Deficiência a ou mobilidade reduzida	Documental	SciELO BR

com Deficiência: o Transporte Escolar Acessível no Plano Viver sem Limite	Vanessa Teresinha Alves									
58. Analisando a produção da família de pessoas com deficiência nos discursos das políticas de inclusão	Priscila Turchiello	2017	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	a família (BRASIL, 2004); A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva (BRASIL, 2006)	Pessoas com deficiência	Documental	Rev. Educ. Especial
59. Abordagens da Educação Especial no Brasil entre Final do Século Xx e Início do Século XXI	KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos	2018	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	políticas públicas inclusivas, a relação entre estudantes com Transtorno de Espectro Autista e dispositivos móveis	Transtorno de Espectro Autista	Documental	SciELO BR
60. A lógica medicalizant e nas políticas públicas de educação	Kelly Cristina dos Santos Silva, Carla Biancha Angelucci	2018	INDEFINIDO	S.I	S.I	S.I	Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), do Plano	Público-alvo da Educação Especial	paradigma indiciário de Ginzburg	Rev. Educ. Especial

							Nacional de Educação (2010) e do documento final da Conferência Nacional da Educação (2014)			
61. Política de Educação Especial: sobre ambivalência, tensão e indeterminação	Ullrich, Wladimir Brasil	2019	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	Plano Nacional de Educação do Brasil	N.D	Bibliográfica	SciELO BR
62. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira	Kassar, Mônica de Carvalho Magalhães; Rebelo, Andressa Santos; Oliveira, Regina Tereza Cestari de	2019	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	Programa Caminho da Escola, no contexto do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite,	Pessoas com deficiência	Bibliográfica	SciELO BR
63. A educação de surdos como uma importante esfera das Políticas Linguísticas para a Língua Brasileira de	Larissa Bassi Piconi	2019	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	Lei da Libras (Decreto no 5.626/05)	Surdos	Análise Crítica do Discurso	Rev. Educ. Especial

Sinais: o Decreto nº 5.626/05 em foco										
64. Políticas públicas educacionais e formação de professores: convergências e distanciamentos na área de Educação Especial	Bruno Cleiton Macedo do Carmo, Neiza de Lourdes Frederico Fumes, Elisângela Leal de Oliveira Mercado, Luciana de Oliveira Rocha Magalhães	2019	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	principais legislações e ações governamentais de 1994 a 2018.	Público-alvo da Educação Especial	Bibliográfica	Rev. Educ. Especial
65. Os Campos Político e Acadêmico e o Discurso Sobre Educação Especial	Souza, Sirleine Brandão de	2020	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	Política nacional de educação em direitos humanos	N.D	S.I	SciELO BR
66. Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil	Schabbach, Leticia Maria; Rosa, Júlia Gabriele Lima da	2021	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Pessoas com deficiência	Entrevista	SciELO BR
67. A Constituição	GARCIA, Rosalba	2021	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	política da educação	Público-alvo da	Documental	SciELO BR

do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral	Maria Cardoso; BARCELOS, Liliam Guimarães de						especial na perspectiva da educação inclusiva	Educação Especial		
68. Cinderela surda: aspectos políticos-identitários na literatura surda como obras de (re)existência	Paula Aparecida Diniz Gomides, Ana Regina e Souza Campello, Erliandro Felix Silva, William Vellozo Francioni	2021	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	Literatura Surda	Surdos	Bibliográfica	Rev. Educ. Especial
69. Diretrizes de implementação para Sistemas de Gestão da Qualidade em instituições de ensino sob o enfoque da Educação Inclusiva	Milene Karolyne de Souza, Luciano Pereira da Silva Santos, Renata Maciel de Melo	2021	INDEFINIDO	S.I	S.I	S.I	Lei Brasileira de Inclusão e ISO	N.D	Bibliográfica	Rev. Educ. Especial
70. Muda o governo,	Rosa, Júlia Gabriele	2022	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	políticas públicas de	N.D	Documental	SciELO BR

mudam as políticas? O caso da política nacional de educação especial	Lima da; Lima, Luciana Leite						Educação Especial no Brasil (1973-2016)			
71. Debates para uma (des)construção da política de educação especial no Brasil	Mônica de Carvalho Magalhães Kassar	2022	INDEFINIDO	S.I	DF	Brasília	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	N.D	Documental e bibliográfica	Rev. Educ. Especial
72. Políticas de Educação Inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum	Kamila Lockmann, Rejane Klein	2022	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida	N.D	S.I	Rev. Educ. Especial
73. Práticas de apoio e inclusão escolar: do direito e justiça social para o capacitismo	Raquel Fröhlich	2022	INDEFINIDO	S.I	S.I	S.I	práticas de apoio à inclusão escolar e sua “reconfiguração” na esteira dos ataques antidemocráticos à educação pública	N.D	teórico-metodológica do discurso	Rev. Educ. Especial

74. Formação docente sobre inclusão escolar de alunos público da Educação Especial no Brasil: uma revisão integrativa	Raphaella Duarte Cavalcante Lopes; Débora Alfaia da Cunha; Silvany Ellen Risuenho Brasil, Karla Cristina Furtado Nina, Simone Souza da Costa Silva	2023	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	formação docente sobre inclusão escolar de alunos público da Educação Especial,	Público-alvo da Educação Especial	revisão integrativa da literatura	Rev. Educ. Especial
75. A normatização do AEE na educação infantil municipal de Niterói	Fernanda Viannay Siqueira dos Santos, Paulo Pires de Queiroz	2019	INFANTIL	S.I	RJ	Niterói	Atendimento Educacional Especializado – AEE	Necessidades educacionais especiais	Entrevistas	Rev. Educ. Especial
76. Nova Política Nacional de Educação Especial: nos ditames da inclusão ou nos estigmas da exclusão?	Lorrana Oliveira Nunes, Ana Cláudia da Silva Rodrigues	2022	INDEFINIDO	S.I	BR	BRASIL	Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida (PNEE),	Público-alvo da Educação Especial	S.I	Rev. Educ. Especial
77. Educação, Inclusão e Direitos Humanos: Como esse	Erika Souza Leme, Valdelúcia Alves da Costa	2016	MÉDIO	S.I	RJ	Rio de Janeiro	Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO,	N.D	Conceitual-analítico	Rev. Educ. Especial

Estuário desaguou na Escola							1948); documentos do colégio			
78. A CIF e a Inclusão Profissional: Políticas Públicas para alunos com Deficiência Física	Eber Pinheiro de Assis, Solange Vera Nunes de Lima D'Água	2022	MÉDIO	S.I	SP	São José dos Campos	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde	Deficiência física	Documental e pesquisa de campo	Rev. Educ. Especial
79. A promessa neoliberal-conservadora nas políticas curriculares para o Ensino Médio: felicidade como projeto de vida	Elizabeth Fernandes de Macedo, Marlon Silveira da Silva	2022	MÉDIO	S.I	BR	BRASIL	recente política curricular para o ensino médio	N.D	Documental e pesquisa de campo	Rev. Educ. Especial

Fonte: O autor, com base em scielo.br; periodicos.ufsm.br/educacaoespecial (2023).